

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

ATA Nº 036 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ALENCAR SOARES (AD HOC)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os Srs. Deputados Alencar Soares e Dilceu Dal Bosco para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.
(OS SRS. DEPUTADOS ALENCAR SOARES E DILCEU DAL BOSCO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE MARÇO DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofícios n°s: 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, e 172/05, da Casa Civil, em resposta às Indicações n°s: 1070/04, de autoria do Deputado Renê Barbour; 713/04; 197 e 376/05, de autoria do Deputado Silval Barbosa; 202, 300 e 419/05, de autoria do Deputado Eliene; 361/05, de autoria do Deputado J. Barreto; 291/05, de autoria do Deputado Riva; 512 e 513/05, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco; Ofícios n°s: 490, 492, 510 e 522/05, da Secretaria de Esportes e Lazer, em resposta às Indicações n°s: 442, 448 e 449/05, de autoria do Deputado Riva; como também, de ofícios encaminhados pelo Gabinete do Deputado Silval Barbosa; Ofícios n° 141, à 145 e 148, 149, 150, 170, 479 e 561/05, da Secretaria de Educação, em resposta aos Requerimentos n°s: 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32/05, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, 18/05, de autoria do Deputado Riva; e, 33/05 de autoria das Lideranças Partidárias; Processos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, em resposta às Indicações n°s: 508/05, de autoria da Deputada Verinha Araújo e 553/05, de autoria do Deputado Mauro Savi; Ofícios n°s: 1001, 1003, 1022, 1026, 1028, 1033, 1045, 1046 e 1050/05, da Secretaria de Infra-estrutura, em resposta às Indicações n° 13, 339 e 537/05, de autoria do Deputado Riva; 345 e 515/05, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio; 489/05, de autoria do Deputado Eliene; 547 e 552/05, de autoria do Deputado Silval Barbosa; Ofícios da Brasil Telecom, em resposta às Indicações n°s: 215, 214, 232, 235, 268, 275, e 290/05, de autoria do Deputado Riva; Ofício n° 16/05, do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, em agradecimento a Moção de Louvor, de autoria da Deputada Verinha Araújo, pela passagem dos 25 anos de fundação do partido; Ofício n° 51/05, da Superintendência de Atenção Integral à Saúde, em resposta às Indicações n°s: 451 e 452/05, de autoria do Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Silval Barbosa; Ofício nº 231/05, da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano, de Cuiabá, em resposta à Indicação nº 520/05, de autoria do Deputado Carlos Brito; Ofício nº 231/05, da Câmara dos Deputados, informando que a reunião da Comissão da Amazônia foi transferida para o dia 20 de abril, às 10:00 horas; Ofício nº 236/05, do DNIT, em resposta ao Requerimento nº 60/05, de autoria do Deputado Pedro Satélite; Ofícios nºs: 82, 83 e 84/05, do Ministério da Educação, comunicando a liberação de recursos financeiros para execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ofício nº 58/05, da ANATEL, em resposta às Indicações nºs: 09 e 17/05, de autoria do Deputado Riva; Memorandos: 1- do Gabinete da Deputada Verinha Araújo, informando sua ausência na sessão de hoje, por se encontrar acompanhando a Comissão Externa destinada averiguar, *in loco*, a morte das crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 2- do Gabinete do Deputado Zeca D'Ávila, para justificar sua ausência no período de 17 à 25 de abril para participar da Reunião do Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa, no México.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Encerrada primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero sugerir que não tenhamos o Pequeno Expediente e nem o Grande Expediente para entrarmos, se possível, na Ordem do Dia, porque hoje estamos com várias pessoas da área de Segurança Pública, que é um projeto importante, e hoje também é a posse dos Procuradores. Eu faço essa sugestão. (PAUSA)

O projeto deles não está em pauta? Parece que não houve um encaminhamento para estar em pauta (PAUSA).

Indago de Vossa Excelência, Sr. Presidente, quando nós vamos colocar em pauta o projeto da categoria dos peritos e dos legistas. Não era para ser votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Eu solicito à Assessoria da Mesa que nos informe. E, pelo que percebi, estamos aguardando a devolução da Mensagem, que se encontra com o Deputado Humberto Bosaipo. Creio que deve estar em alguma Comissão, fazendo algum entendimento.

Com relação à solicitação de Vossa Excelência e em função da posse do Procurador-Geral da Justiça, às 19:00 horas, na OAB, eu questiono o Plenário se condensaremos a Sessão suprimindo o Pequeno e o Grande Expediente para apreciarmos as matérias na Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Sugiro que as matérias sejam entregues à Mesa para serem encaminhadas.

Sobre a mesa, um projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Savi.

1º) PROJETO DE LEI:

“Declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte o pequizeiro (*caryocar brasiliensi*) e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 1º Fica declarado de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte o pequizeiro (*caryocar brasiliensi*), no território mato-grossense, conforme prevê o disposto na Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal Brasileiro).

Art. 2º O abate do pequizeiro (*caryocar brasiliensi*) somente será admitido mediante prévia autorização do órgão ambiental do Estado, desde que necessário à execução de obras, de planos e de atividades ou de projetos de utilidade pública ou de interesse social.

Parágrafo único Nas áreas urbanas, a autorização de que trata este artigo poderá ser concedida pelo órgão ambiental municipal, observados os parâmetros cabíveis estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 3º O reflorestamento homogêneo com espécies exóticas em áreas de ocorrência do pequizeiro (*caryocar brasiliensi*) somente será permitido mediante critérios que garantam o pleno desenvolvimento das árvores nativas da espécie, a serem definidos pelo órgão ambiental estadual.

Art. 4º As concentrações naturais ou a presença isolada do pequizeiro são de usufruto comunitário das populações extrativistas desde que a exploração ocorra em regime de economia familiar e de comum acordo com o proprietário da área.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA.

Diz uma lenda indígena xinguaná: ‘...É o nome de um *mamaé* (espírito), que mora na copa dos pequizeiros. É um *mamaé* bem alegre e que não faz mal a ninguém. Alegre como *mavuraná*, que é dança sua, os *mamaé* fazem com que os pequizeiros dêem muitos frutos que serão consumidos na grande festa, o *kuarup*, que é a última lembrança dos mortos... O *caraiá* (o civilizado) aprendeu a consumir o pequi com a gente, só não aprendeu a guardar a sua árvore e a sua copa, o *mamaé* pode ir embora...’

Essa secular sabedoria não pode ser considerada apenas uma lenda nos dias de hoje. É também um retrato cultural. E, mais do que isso, é um retumbante grito de alerta diante do desrespeito com a flora e fauna do cerrado brasileiro, e, em particular, com a sua extensa porção mato-grossense.

Convém salientar, a propósito, que o cerrado brasileiro é um dos 34 (trinta e quatro) ambientes mais ameaçados e a pressão que essa área sofre para a implantação de atividades agropecuárias apresenta continuado ritmo crescente. Segundo estimativas, cerca de 75% da cobertura vegetal do cerrado brasileiro já foram mutilados, perdendo algo ao redor de 1.500 plantas endêmicas. Ainda na chamada ‘savana brasileira’ outra preocupação diz respeito aos recursos hídricos desse ecossistema tido por muitos especialistas e estudiosos como riqueza natural também com avançado comprometimento. As áreas geográficas mais ameaçadas, conforme levantamento e apuração de pesquisadores, estão no sul do Piauí e do Maranhão, oeste da Bahia, sul e sudoeste de Goiás e leste e médio-norte de Mato Grosso.

Com relação às áreas protegidas, em termos de Brasil, o cerrado tem entre 6 a 8% de toda sua extensão territorial sob proteção. Admitem, ainda, estudiosos desse ecossistema, que se a lei (Código Florestal) fosse amplamente cumprida com a fiel observância da reserva legal seria bem possível conciliar preservação com produção agropastoril sem ampliar os danos sobre a cobertura vegetal.

O cerrado, *habitat* natural do pequizeiro, possui características próprias, inconfundíveis sob o ponto de vista botânico. As suas árvores têm caules retorcidos, não muitos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

altos, folhas largas, espessas e pilosas e casca grossa. Grande parte de sua biomassa é subterrânea. O clima onde se dá a sua ocorrência é tropical, com o período de chuva concentrado em determinadas épocas do ano (outubro/abril), o que faz com que sua vegetação primária tenha identidade ímpar diferenciada dos demais biomas.

Por ocorrer majoritariamente na região central do Brasil, o cerrado, que cobre cerca de 22% do território nacional, é classificado como um bioma de transição para os outros biomas nacionais. Daí a sua vital importância como corredor natural de migração, polinização e reprodução de espécies vivas, vegetais e animais. Ocupando terras do planalto central brasileiro, o cerrado constitui-se no grande divisor das três maiores bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul: a Amazônica, a do Prata e a do São Francisco.

A flora do ecossistema cerrado é detentora de aproximadamente 4.400 espécies nativas (endêmicas), equivalentes a 15% do total das espécies de plantas vasculares do mundo. Nesse particular universo vegetativo já foram identificadas mais de 100 espécies medicinais e mais de 80 alimentícias, além de variedades usadas para condimentos, aromatizantes, apícolas, ornamentais, artesanais e até para a produção de produtos têxteis. Integra, ainda, o ecossistema cerrado os chamados campos limpos, as matas de galerias, as matas ciliares e as veredas de buritis.

A fauna do cerrado também tem peso bastante representativo, com realce para o tamanduá-bandeira, veado campeiro, lobo-guará, tatu-bola, tatu-canastra, cobras diversas, onça pintada e parda (puma), jaguatirica, macaco-prego, sagüi (mico-estrela), cachorro vinagre, a maioria sob risco de extinção. Com relação às aves, as espécies mais comuns são: a ema, a seriema, os papagaios e periquitos, a codorna buraqueira, o inhambu, as araras azul e canindé, o urubu-rei, a perdiz, o canário-da-terra, a juriti, a pomba-do-bando, a coruja, o gavião pinhé, o urutau e outras infinidades de pássaros menores, todos significativamente importantes para o equilíbrio ambiental.

A preservação do cerrado e de suas espécies vivas é uma das claras vertentes do grande dilema ambiental e econômico atualmente vivenciado pelas autoridades governamentais e sociedade brasileira, diante do confronto instaurado entre proteger e produzir. Apesar dos avanços conseguidos, a verdade é uma só: ainda não se achou o ponto de equilíbrio entre essas duas correntes capaz de assegurar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Não se pode negar, contudo, que é do cerrado que sai a grande massa de produção do setor primário que dá sustentação ao agronegócio brasileiro e que contribui decisivamente para a formação de superávit da balança comercial, como também não se pode esconder que é preciso mudar a forma e os métodos de exploração econômica desse rico e prodigioso ecossistema.

Assim, enquanto não se alcança o equilíbrio desejado, o processo de proteção do cerrado e de suas riquezas naturais vem sendo tratado com ações alternativas e em cima de questões pontuais, conforme recomenda a legislação codificada - e suas alterações - (Lei Federal nº 4.771, de 15.9.65 - Código Florestal Brasileiro).

É, pois, com base nessa disposição legal que se busca, por meio desta ação parlamentar, proteger uma espécie vegetal típica e endêmica do cerrado: o pequi. Ainda encontrado com relativa abundância na região Centro-Oeste, norte de Minas Gerais e em algumas partes de Estados nordestinos (sul do Piauí e Maranhão), o pequi, fruto do pequizeiro (*caryocar brasiliensi*), é muito aproveitado e apreciado na culinária das populações daquelas áreas do Brasil.

O pequi é um fruto rústico de aroma inconfundível e coloração amarelada/dourada. A planta, na maioria de sua ocorrência, apresenta porte que varia entre 6 e 12 metros de altura, medida que corresponde também ao tamanho (diâmetro) da copa. Cada fruto contém de uma a quatro amêndoas, com polpa macia e cheiro forte. É uma fruta muito calórica e rica em vitamina A. Sua composição inclui também caroteno, riboflavina, diamina, ácido nicotínico e fósforo. Contém, mais discretamente, ferro, vitamina C, protídeos, glicídeos, lipídeos e cálcio. A safra - período de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

coleta -, dependendo da região, vai de setembro a fevereiro e, em geral, é muito abundante. Cada árvore chega a produzir até 6.000 (seis mil) frutos.

O pequi é considerado a ‘carne do cerrado,’ principalmente pelas famílias mais carentes do interior do Brasil, que têm nele fonte complementar de alimentação e de renda. É, ainda, considerado como vitalizador do apetite sexual. Em razão disso, é folcloricamente tido como responsável pela grande incidência de nascimentos nas regiões em que ocorre, inclusive pela cultura indígena.

Largamente utilizado e consumido nos preparos de pratos da culinária regional, o seu emprego na chamada ‘culinária dourada’ compreende, entre outras iguarias, o arroz com pequi; picadinho de carne com pequi; frango ou galinha com pequi; costelinha de suíno com pequi; e milho verde com pequi. De sua polpa, depois de raspada e macerada, extrai-se o óleo de pequi, ingrediente muito usado nas conservas de pimenta. Além dessas utilidades, o pequi também é consumido e valorizado para a produção de licor, xarope, molhos, óleos, associação de temperos e cremes.

O pequi, é bom que se diga, mesmo lentamente, está deixando de ter consumo restrito à culinária regional para alcançar os grandes centros de consumo, sendo ofertado, em conserva, em redes de supermercados durante o ano todo, certamente, em decorrência do interesse da sociedade por frutos e aromas da flora brasileira e de uma política de valorização dos recursos silvestres que derrubam preconceitos arcaicos que relacionam os alimentos nativos do cerrado, ou de qualquer outro ecossistema, a uma cozinha rudimentar, pouco evoluída e a comunidades interioranas igualmente menos esclarecidas e/ou desenvolvidas.

Além de sua larga e tradicional utilização na culinária, o pequi há algum tempo vem sendo objeto de pesquisa em universidades brasileiras (Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Montes Claros - MG/Unimontes, Universidade Católica de Goiás) e EMBRAPA buscando a melhoria genética da planta, técnicas de cultivo e precocidade produtiva e a ampliação de seu consumo no campo da culinária e da sua utilização industrial.

O quadro real que se tem é o de que com o avanço, principalmente da agricultura e da pecuária no Centro-Oeste, a implantação de reflorestamento com espécies exóticas e homogêneas e o incremento na ‘fabricação’ de carvão no norte de Minas Gerais, aumentou sensivelmente a derrubada do cerrado trazendo como consequência imediata a destruição de sua cobertura vegetal - inclusive o pequizeiro - e de outras formas de vida encontradas nesse ecossistema.

O crescimento de uma nova consciência ambiental, a mobilização da sociedade contra os danos ao meio ambiente e em defesa de uma melhor qualidade de vida e o aprimoramento do aparato constitucional e legal, trouxe nova roupagem à questão da preservação do meio ambiente. A própria Constituição Federal, promulgada em 1988, dedica capítulo especialmente voltado à questão ambiental. No seu artigo 225, consta: ‘Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.’

A efetividade dessa imposição constitucional diz que cabe ao poder público, entre outras determinações, observar o que dispõe o inciso I, do parágrafo 1º, do citado artigo (225), diz: ‘preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.’ Na seqüência, enuncia o inciso VII, do mesmo parágrafo 1º: ‘proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.’

Por sua vez, a legislação infraconstitucional albergada pela Constituição Federal de 1988, como a Lei nº 4.771, de 15.9.65 (Código Florestal Brasileiro) e suas alterações posteriores, também participa do arcabouço jurídico-legal que embasa e dá sustentação à elaboração de leis estaduais com especificidade direta, como uma proposta que busca proteger unicamente uma espécie

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

vegetal, no caso, o pequizeiro (*caryocar brasiliensi*), de ocorrência endêmica no ecossistema do cerrado, sabidamente sob perigo ou ameaça de dizimação.

O artigo 3º - e sua alínea 'f,' - da mencionada Lei nº 4.771, de 15.9.65, diz: 'consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: a);... f) - 'a asilar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção...'. A mesma Lei nº 4.771, em seu artigo 7º, dispõe: 'qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.' Ademais, é bom atentar também para o que preconiza a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que acrescenta dispositivos na Lei nº 4.771, de 15.9.65, em seu artigo 14, alínea 'b': 'proibir ou limitar o corte das espécies vegetais raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, bem como as espécies necessárias à subsistência das populações extrativistas, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender de licença prévia, nessas áreas, o corte de outras espécies.' O interesse comum (ou público) da preservação do pequizeiro, salvo melhor juízo, está literalmente consubstanciado no próprio conteúdo do artigo 225 da Carta Magna brasileira, decorrente da imposição de sua preservação para as gerações presentes e futuras.

Assim, considerando o risco e a ameaça de extinção que paira sobre o cerrado e, conseqüentemente, de sua flora e fauna; a ocorrência endêmica do pequizeiro nesse ecossistema; a larga e tradicional utilização de seu fruto (pequi) na culinária do Centro-Oeste, particularmente na de Mato Grosso e nesta Unidade da Federação de modo especial pela população da baixada cuiabana; o caráter social e econômico da complementação de renda para as famílias que fazem a coleta do pequi; a necessidade da ampliação de sua utilização, inclusive industrial (conservas, essências e molhos), numa culinária mais abrangente e diversificada; a intensificação reconhecida das pesquisas acerca do aproveitamento do pequi como matéria-prima farmacêutica e cosmética, cumpre-me, diante do exposto, em face do embasamento constitucional e infra-constitucional e dos objetivos pretendidos, pleitear a declaração de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte o pequizeiro (*caryocar brasiliensi*), no território mato-grossense.

Desse modo, para a consecução desse desiderato, que reputo de largo alcance social, cultural e ambiental, apresento à elevada consideração de meus distintos Pares a presente matéria legislativa, aos quais peço, nesta oportunidade, manifestação favorável à sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado MAURO SAVI - PPS."

Ainda sobre a mesa, duas Emendas de autoria das Lideranças Partidárias.

1ª) EMENDA ADITIVA;

“Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 38/05, que ‘Dispõe sobre a criação da Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso - POLITEC’.

Fica acrescido o art. 25 do Projeto de Lei nº 38/05, com a seguinte redação:

‘Art. 25 Aos Peritos Oficiais não é permitida a atuação em processos administrativos ou judiciais em que a parte contrária for a Fazenda Pública Estadual’.

Fica acrescido art. ao Projeto de Lei nº 38/05, com a seguinte redação:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

‘**Art. 26** Para fins de promoção, os cursos de capacitação deverão ser reconhecidos pela Escola de Governo do Estado de Mato Grosso e homologados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública’.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS.”

2ª) EMENDA MODIFICATIVA:

“Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 38/05, que ‘Dispõe sobre a criação da Carreira dos Profissionais da Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso - POLITEC’.

O parágrafo único do art. 11 do Projeto de Lei nº 38/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Parágrafo único** O servidor aprovado em concurso público ingressará na Classe A, Nível I, do seu cargo independente da titulação’. (NR)

O art. 24 do Projeto de Lei nº 38/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 24. Os Anexos II, III, IV e V desta lei englobam todas as reposições das perdas salariais ocorridas até dezembro de 2004, bem como a revisão geral anual do período de janeiro a dezembro de 2004’.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS.”

Ainda sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Riva.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, com cópia para o Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de se disponibilizar uma patrulha mecanizada composta de caminhão, patrula, pá-carregadeira e moto-niveladora para a recuperação de estradas no Município de Dom Aquino.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de se disponibilizar uma patrulha mecanizada composta de caminhão, patrula, pá-carregadeira e moto-niveladora para a recuperação de estradas no Município de Dom Aquino.

JUSTIFICATIVA

Falta de conservação e manutenção das estradas são fatores que impedem o crescimento e desenvolvimento dos municípios e do Estado. Com o período das chuvas se agrava ainda mais o quadro, vez que praticamente fica inviabilizado o tráfego.

Preocupada com a grave situação que enfrenta a população, a Prefeita Maria José Borges, de Dom Aquino, apresentou expediente mostrando a necessidade de se viabilizar o envio de máquinas para se proceder à manutenção e recuperação das estradas do município, principalmente naquelas localidades mais distantes da sede.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

A prefeitura não dispõe de recursos para a aquisição do maquinário e necessita urgente de uma maior atenção por parte do poder público para que seja sanada essa dificuldade.

Assim, apresento a Indicação contando com a aprovação dos demais Pares e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado RIVA.”

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de se equipar a Polícia Militar de Novo Horizonte do Norte com uma viatura.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de se equipar a Polícia Militar de Novo Horizonte do Norte com uma viatura.

JUSTIFICATIVA

O aumento da criminalidade e a falta de segurança pública têm preocupado as autoridades e a população em geral. O Município de Novo Horizonte do Norte, assim como todos os municípios em crescimento enfrentam dificuldades no que tange à segurança de seus habitantes.

Apesar do importante trabalho desenvolvido pelas Polícias Civil e Militar, é crescente a necessidade de se disponibilizar uma viatura para o atendimento da demanda. O núcleo da Polícia Militar de Novo Horizonte do Norte não dispõe de viatura que permaneça ali constantemente e a que seria do município está servindo o 10º CPA de Juara. Assim, o policiamento local está trabalhando sem veículo, ficando impossibilitado de prestar um bom serviço.

Atento às necessidades da população, o Prefeito Municipal Junior Pereira Neves apresentou expediente demonstrativo da necessidade de se disponibilizar meios para que se possa garantir a efetiva segurança pública dos cidadãos novorizontinos.

Deste modo, apresento a Indicação contando com a aprovação dos demais Pares e acolhimento por parte dos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado RIVA.”

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT a necessidade de construção de rede de baixa tensão, começando no campo de futebol até encontrar com o entroncamento do trevo, na direção do Município de Barão de Melgaço, na localidade de Porto de Fora, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT mostrando a necessidade da construção de rede de baixa tensão, começando no campo de futebol até encontrar com o entroncamento do trevo, na direção do Município de Barão de Melgaço, na localidade de Porto de Fora, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00
HORAS.

A rede de transmissão de energia elétrica está quase toda pronta na comunidade de Porto de Fora, restando apenas cerca de 400 metros de baixa tensão para atender toda a comunidade, ficando apenas uma rua o serviço de eletricidade.

Desta forma foi que os moradores de Porto de Fora solicitaram ao Vereador Harrison Benedito Ribeiro que fossem tomadas providências, motivo pelo qual o mesmo buscou este gabinete, na expectativa de ver o pleito sendo atendido.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da comunidade, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry a necessidade de se viabilizar a perfuração de um poço artesiano, com caixa d’água e encanamento para distribuição de água na localidade de Mato Verde, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Henry, mostrando a necessidade de se viabilizar a perfuração de um poço artesiano, com caixa d’água e encanamento para distribuição de água na localidade de Mato Verde, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

A localidade de Mato Verde ainda é desprovida dos serviços de água, com uma comunidade carente, carecendo de grande atenção pelo Poder Público em diversas áreas, sendo que o abastecimento de água é de urgente necessidade.

Conhecedor das necessidades daquela região, o Vereador Harrison Benedito Ribeiro, de Santo Antônio de Leverger, buscou este gabinete na esperança de ver supridas as necessidades das pessoas residentes em Mato Verde.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

5ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura a necessidade de recuperação, levantamento e encascalhamento da estrada que liga Brejinho à comunidade de Barreiro Grande, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura mostrando a necessidade de recuperação, levantamento e encascalhamento da estrada que liga Brejinho à comunidade de Barreiro Grande, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Localizada em uma região de difícil acesso, Brejinho fica isolada do resto do município, longe da atenção do governo, sem que possam sequer ir até a sede do município para cobrar melhorias, seja pelas dificuldades de locomoção, seja pela humildade de seus moradores.

Desta forma é que o Vereador Harrison Benedito Ribeiro, como porta-voz dos moradores da região, solicitou que esta 1ª Secretaria fizesse gestão de modo que se buscasse a recuperação da estrada supracitada.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

6ª) PROJETO DE LEI:

“Redefine os limites territoriais do Município de Jauru, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os limites territoriais do Município de Jauru passam a ser os seguintes:

‘Inicia na confluência do córrego dos Bagres com o córrego Fortuna ou Salvação, daí segue pelo córrego dos Bagres abaixo até a barra do córrego Pequeno; segue pelo córrego Pequeno acima até a travessia da rodovia BR-174; deste ponto segue pela rodovia BR-174 no sentido Cáceres-Pontes e Lacerda até coincidir com o divisor de águas das Bacias Platina e Amazônica, daí segue pelo divisor de águas destas bacias até a cabeceira do córrego Frutal de Coordenadas Geográficas 15°21’52”S e 59°00’10”WGr; segue por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Irara ou São Domingos, daí segue pelo córrego Irara ou São Domingos acima até a barra do córrego B-1; daí segue pelo córrego B-1 acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°13’25”S e 58°55’58”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do São Mateus de Coordenadas Geográficas 15°12’32”S e 58°55’25”WGr; daí segue por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Palmital, daí segue pelo córrego Palmital acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°08’24”S e 58°52’43”WGr; deste ponto segue por linha reta até a cabeceira do córrego Lagoinha de Coordenadas Geográficas 15°08’09”S e 58°52’59”WGr; segue pelo córrego Lagoinha abaixo até a sua barra no rio Guaporé, daí segue pelo rio Guaporé acima até a barra do braço esquerdo do rio Guaporé, segue pelo braço esquerdo do rio Guaporé acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 14°37’04”S e 58°48’12”WGr; deste ponto segue por uma linha reta com rumo e direção Sul-Norte até encontrar a antiga rodovia Br-364 no ponto de Coordenadas Geográficas 14°36’02”S e 58°48’12”WGr; deste ponto segue pela antiga rodovia BR-364 no sentido Comodoro-Distrito de Itanorte até encontrar o ponto de Coordenadas Geográficas 14°35’32”S e 58°45’05”WGr; deste ponto segue por uma linha reta de rumo e direção norte-sul até a cabeceira do córrego Estivadinho de Coordenadas Geográficas 14°38’09”S e 58°45’05”WGr; deste ponto segue por este córrego abaixo até a sua barra no rio Jauru, daí segue pelo rio Jauru abaixo até a barra do córrego Corgão, daí segue pelo córrego Corgão acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°27’38”S e 58°44’53”WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego Água Limpa de Coordenadas Geográficas 15°28’24”S e 58°45’17”WGr; daí segue pelo córrego Água Limpa abaixo até a sua barra no rio Brigadeiro; daí segue por este rio acima até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

confrontar com o divisor de águas da serra do Castiçal; deste ponto segue pelo divisor de águas desta serra até encontrar a passagem do córrego Brigadeirinho I, deste ponto segue pelo córrego Brigadeirinho abaixo até a barra do córrego Nico Rita ou Lote 20, daí segue pelo córrego Nico Rita ou Lote 20 acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°27'17"S e 58°47'58"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego Leão de Coordenadas Geográficas 15°28'25"S e 58°49'43"WGr; deste ponto segue pelo córrego Leão abaixo até a sua barra no córrego Fortuna ou Salvação; daí segue pelo córrego Fortuna ou Salvação abaixo até a sua barra no córrego dos Bagres, ponto de partida.'

Art. 2º Os limites territoriais do Município de Vale do São Domingos passam a ser os seguintes:

'Inicia na confluência do córrego São Jorge com o rio Guaporé; deste ponto segue pelo rio Guaporé acima até a ponte na travessia da rodovia MT-388/246, daí segue por esta rodovia MT-388, no sentido Jauru-Campos de Júlio até encontrar a antiga rodovia BR-364; deste ponto segue pela antiga rodovia BR-364 na direção do distrito de Itanorte até encontrar a linha do meridiano que passa pela cabeceira do braço esquerdo do rio Guaporé, deste ponto segue por uma linha reta de rumo e direção norte-sul até cabeceira do braço esquerdo do rio Guaporé de Coordenadas Geográficas 14°37'04"S e 58°48'12"WGr; deste ponto segue pelo do braço esquerdo do rio Guaporé abaixo até a sua barra no rio Guaporé, segue pelo rio Guaporé abaixo até a barra do córrego Lagoinha, segue pelo córrego Lagoinha acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°08'09"S e 58°52'59"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego Palmital de Coordenadas Geográficas 15°08'24"S e 58°52'43"WGr; segue por este córrego abaixo até a barra do córrego São Mateus; segue pelo córrego São Mateus acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°12'32"S e 58°55'25"WGr; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego B-1 de Coordenadas Geográficas 15°13'25"S e 58°55'58"WGr; daí segue por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Irara ou São Domingos; segue pelo córrego Irara ou São Domingos abaixo até a barra do córrego Frutal, segue pelo córrego Frutal acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas 15°21'52"S e 59°00'10"WGr; deste ponto segue pelo divisor de águas das Bacias Platina e Amazônica até encontrar a rodovia Br-174; daí segue pela rodovia BR-174 no sentido Cáceres-Pontes e Lacerda até encontrar a travessia do córrego Santa Cruz; daí segue por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Lavrinha; deste ponto segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego São Jorge de Coordenadas Geográficas 15°19'11"S e 59°09'38"WGr; daí segue por este córrego abaixo até a sua barra no córrego Irara ou São Domingos, ponto de partida.'

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo corrigir distorções em relação aos limites territoriais dos Municípios de Jauru e de Vale do São Domingos.

Ressaltamos aos colegas Parlamentares que a presente alteração conta com o apoio dos prefeitos e presidentes de Câmaras dos dois municípios.

Desse modo, contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da presente propositura, para que sejam corrigidas as mencionadas distorções.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado RIVA."

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

7ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade em se viabilizar a doação de uma ambulância para a localidade de Agrovila das Palmeiras, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade em se viabilizar a doação de uma ambulância para a Agrovila das Palmeiras, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

Os problemas de saúde das populações via de regra crescem de forma mais acelerada que a capacidade dos municípios do interior têm de atendê-los. Desta forma há, muitas vezes, a necessidade em se deslocar os enfermos para outros municípios ou mesmo para a capital.

Não bastasse a falta de estrutura para atender a população no próprio município, muitas vezes também não é possível sequer o transporte, haja vista a inexistência de um veículo adequado ao transporte.

Desta forma é que se solicita, a pedido do Vereador Izaías Vieira Pires Júnior, seja verificada a possibilidade da doação de uma ambulância para a Agrovila das Palmeiras, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

8ª) INDICAÇÃO: “Indica a Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de viabilizar a construção de um centro de múltiplo uso no Bairro Residencial Paiaguás, para atender o Grupo da 3ª Idade ‘Unidos da Paz’, abrangendo os Bairros Paiaguás I, Itapuã, Três Poderes, Ubirajara, Paiaguás II e Sol Nascente, em Cuiabá.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório a Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de viabilizar a construção de um Centro de Múltiplo Uso no Bairro Residencial Paiaguás, para atender o Grupo da 3ª Idade ‘Unidos da Paz’, abrangendo os Bairros Paiaguás I, Itapuã, Três Poderes, Ubirajara, Paiaguás II e Sol Nascente, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

Os Centros de Múltiplo Uso são espaços destinados a múltiplas ações. São desenvolvidas diversas políticas públicas e qualificação da mão-de-obra que o comércio e indústria locais precisam, conforme a demanda de vagas que o mercado oferece. Nesses Centros são desenvolvidas ações beneficiando a população, desde crianças, jovens, adultos e até idosos.

É um local de integração humana e ponto de apoio para toda a família, onde os participantes podem desenvolver atividades de lazer e recreação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Atentas às necessidades da população dos bairros Residencial Paiaguás, Paiaguás I, Itapuã, Três Poderes, Ubirajara, Paiaguás II e Sol Nascente, a Presidenta do Grupo da 3ª Idade, Senhora Deuzélia da Silva Faria e a Presidenta do Residencial Paiaguás, Senhora Maria das Graças (Chica) apresentaram expediente mostrando a necessidade de proporcionar meios para a inclusão social dos moradores dos citados bairros.

Atendendo a necessidade de desenvolver mudanças no campo das políticas sociais e disponibilizar novos espaços para a execução de ações sociais eficientes para o atendimento, em especial à população de baixa renda, apresento a Indicação certo de sua aprovação pelos demais Pares e atenção e esforço para a efetivação por parte dos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

9ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Superintendente do INCRA, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, a necessidade de doação de uma máquina de arroz para a associação dos pequenos produtores rurais da comunidade Sombra da Manhã, localizada no Assentamento São Pedro, em Paranaíta.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Superintendente do INCRA, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, mostrando a necessidade de doação de uma máquina de arroz para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Sombra da Manhã, localizada no Assentamento São Pedro, em Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

A região do Assentamento São Pedro é uma grande produtora de arroz, mas em razão da distância até a zona urbana torna complicado e onera o beneficiamento do mesmo.

Deste modo é que se solicita, atendendo pedido dos Vereadores Carlos Alberto de Freitas Ferreira, Aparecido Francisco Domingues, Manoel de Moura Nunes e Januário Neto Dias, a presente Indicação.

Com a instalação da beneficiadora, a Associação poderá comercializar seu produto já limpo, sem necessitar sair com ele do Assentamento.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

10ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Presidente do INTERMAT a necessidade de se proceder à regularização fundiária de chácaras e lotes nas Comunidades de Olho d’Água e Recanto do Laranjal, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Presidente do INTERMAT mostrando a necessidade de se proceder à regularização fundiária de chácaras e lotes nas comunidades de Olho d’Água e Recanto do Laranjal, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

Os moradores e parceiros das comunidades de Olho d'Água e Recanto do Laranjal, em razão de não estarem com suas terras regularizadas, ficam impossibilitados de participar de programas oficiais, não tendo, assim, acesso às linhas de crédito do Pronaf, entre tantos outros.

Para sanar esta falha é que o Vereador Izaías Vieira Pires Júnior, de Santo Antônio de Leverger, buscou este gabinete, na expectativa de ver o pleito dos moradores daquela região atendido e de modo que possam ter acesso a linhas de crédito que auxiliem na fixação do homem no campo.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

11ª) INDICAÇÃO: “Indica a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação a necessidade de se viabilizar o transporte escolar dos alunos da Escola Municipal de Mato Verde, que residem nas comunidades de Barreiro Grande e Chimbuva, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação mostrando a necessidade de se viabilizar o transporte de alunos da Escola Municipal de Mato Verde, que residem nas comunidades de Barreiro Grande e Chimbuva, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

Apesar de a Educação ser um direito constitucionalmente amparado e para o qual há uma série de proteções, muitas crianças ainda estão fora das escolas pura e simplesmente por não terem como se deslocarem até o local de ensino.

Desta forma foi que o Vereador Harisson Benedito Ribeiro, do Município de Santo Antônio de Leverger, buscou esta 1ª Secretaria, na expectativa de que os alunos da Escola Municipal de Mato Verde, de 5ª a 8ª séries, que residem nas comunidades de Barreiro Grande e Chimbuva possam freqüentar as aulas.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

12ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de se disponibilizar uma ambulância para a comunidade Santa Rosa, no Município de São José dos Quatro Marcos.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Estado, mostrando a necessidade de se disponibilizar uma ambulância para a Comunidade Santa Rosa, no Município de São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

Os problemas de saúde das populações via de regra crescem de forma mais acelerada que a capacidade dos municípios do interior têm de atendê-los. Desta forma há, muitas vezes, a necessidade em se deslocar os enfermos para a sede do município ou mesmo para a capital.

Não bastasse a falta de estrutura para atender a população no próprio município, muitas vezes também não é possível sequer o transporte, haja vista a inexistência de um veículo adequado ao transporte.

Desta forma é que, atendendo pleito do Vereador Joel Ramos Barbosa, solicito seja verificada a possibilidade de se disponibilizar uma ambulância para a Comunidade Santa Rosa.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

13ª) INDICAÇÃO: “Indica a Exmª Srª Secretária de Estado de Ciências e Tecnologia, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação, a necessidade de se implantar uma escola de informática para atender a população carente do Município de Porto Esperidião.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório a Exmª Srª Secretária de Estado de Ciências e Tecnologia, com cópia a Exmª Srª Secretária de Estado de Educação, mostrando a necessidade de se implantar uma escola de informática para atender a população carente do Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

A informática pode proporcionar inúmeras facilidades aos usuários, mas muitos brasileiros acabam excluídos dessa tecnologia. É mais do que sabido a importância da informática nos dias de hoje para obtenção de um emprego.

As escolas públicas, municipais e estaduais vêm se esforçando para promover a inclusão digital de uma parcela cada vez maior da população, em especial os estudantes, e, em vários casos, está atingindo esta meta.

Assim, preocupado com a educação da população porto-esperidiãoense, principalmente dos jovens e adolescentes oriundos de famílias carentes, o Vereador Walter Pereira da Silva apresentou expediente indicatório da necessidade de se instalar uma Escola de Informática para aumentar a inclusão digital.

A informática deve ser explorada como ferramenta de educação, de inclusão social e como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania.

Assim, apresento o pleito, certo da aprovação pelos demais Pares e acolhimento dos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00
HORAS.

14ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, a necessidade de se viabilizar um veículo ambulância, um aparelho de raios x, bem como a instalação de um laboratório de análises clínicas no Município de Porto Esperidião.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de se viabilizar um veículo ambulância, um aparelho de raios x, bem como a instalação de um laboratório de análises clínicas no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Saúde pública de qualidade tem sido um dos grandes desafios para os governos. Os problemas de saúde das populações via de regra crescem de forma mais acelerada que a capacidade dos municípios do interior têm de atendê-los. Desta forma há, muitas vezes, a necessidade em se deslocar os enfermos para a sede do município ou mesmo para a capital.

Não bastasse a falta de estrutura para atender a população no próprio município, muitas vezes também não é possível sequer o transporte, haja vista a inexistência de um veículo adequado ao transporte.

Faltam também equipamentos para a eficaz prestação dos mais básicos serviços. Assim, o Vereador Walter Pereira da Silva, atento às necessidades dos moradores de Porto Esperidião, apresentou expediente demonstrando a importância de se disponibilizar uma ambulância e um aparelho de Raios X, de forma a dar maior eficácia no sistema de saúde local.

Há também a necessidade de se instalar um laboratório de análises clínicas para o diagnóstico das várias patologias, auxiliando assim no constante trabalho em busca de benefícios para a saúde da população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

15ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Superintendente do INCRA, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, a necessidade de doação de uma máquina de arroz para a associação dos pequenos produtores rurais da comunidade Santíssima Trindade, localizada no Assentamento São Pedro, em Paranaíta.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Superintendente do INCRA, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, mostrando a necessidade de doação de uma máquina de arroz para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Santíssima Trindade, localizada no Assentamento São Pedro, em Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

A região do Assentamento São Pedro é uma grande produtora de arroz, mas em razão da distância até a zona urbana torna complicado e onera o beneficiamento do mesmo.

Deste modo é que se solicita, atendendo indicação dos Vereadores Carlos Alberto de Freitas Ferreira, Aparecido Francisco Domingues, Manoel de Moura Nunes e Januário Neto Dias, a presente Indicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Com a instalação da beneficiadora, a Associação poderá comercializar seu produto já limpo, sem necessitar sair com ele do Assentamento.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

16ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom a necessidade de se instalar um posto telefônico ou implantação da telefonia celular na comunidade de Brejinho, no Município de Santo Antônio de Leverger

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom mostrando a necessidade de se instalar um posto telefônico ou implantação da telefonia celular na comunidade de Brejinho, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

A importância da comunicação é tão grande em nosso cotidiano que chega a ser dispensável discorrer sobre o tema. Basta imaginar como seriam as relações profissionais sem a mesma, imaginar o que se faria sem a telefonia. Seria um retrocesso de décadas, que nos remeteria às correspondências escritas, mesmo em assuntos que poderiam ser resolvidos em alguns poucos minutos de conversa telefônica.

E a população residente em Brejinho, em Santo Antônio de Leverger, tem passado por esta situação. Distanciados do mundo em razão da falta de comunicação e por ser local de difícil acesso, Brejinho fica isolada. Assim é que se torna de vital importância para aquela comunidade ter ao seu dispor o serviço de telefonia, que é um modo de interligá-la à sede do município.

Assim foi que o Vereador Harisson Benedito Ribeiro procurou este gabinete de modo que se fizesse a presente Indicação.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

17ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom a necessidade de se converter para digital o sistema de telefonia do Município de Porto Esperidião.

Nos termos do art. 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom mostrando a necessidade de se converter para digital o sistema telefonia do Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

A importância da comunicação é tão grande em nosso cotidiano que chega a ser dispensável discorrer sobre o tema. Basta imaginar como seriam as relações profissionais sem a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

mesma, imaginar o que se faria sem a telefonia. Seria um retrocesso de décadas, que nos remeteria às correspondências escritas, mesmo em assuntos que poderiam ser resolvidos em alguns poucos minutos de conversa telefônica.

Apesar de Porto Esperidião ter a serviço de telefonia implantado, o mesmo ainda funciona com uma central analógica, com muitos ruídos nas ligações, o que impede uma boa comunicação, bem como torna inviável a utilização da internet, ferramenta imprescindível na atualidade.

Assim foi que o Vereador Walter Pereira da Silva - Waltão, procurou este gabinete de modo que se fizesse a presente Indicação.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da região, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

18ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Superintendente do INCRA a necessidade de viabilização de recursos para a instalação de uma fábrica de farinha na comunidade do Assentamento de Santana do Taquaral, no Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 245 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Superintendente do INCRA mostrando a necessidade de viabilização de recursos para a instalação de uma fábrica de farinha na Comunidade do Assentamento de Santana do Taquaral, no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

Tão importante quanto promover a reforma agrária é dar condições para que os assentados se mantenham no campo. Como pequenos produtores, a associação necessita de muito esforço para se manter e foi vislumbrada na fábrica de farinha uma possibilidade de conseguirem o sustento de suas famílias.

Desta forma foi que os assentados de PA Santana do Taquaral solicitaram ao Vereador Harrison Benedito Ribeiro que fossem tomadas providências, motivo pelo qual o mesmo buscou este gabinete, na expectativa de ver o pleito sendo atendido.

Conforme seja o pedido de grande importância para os moradores da comunidade, submeto a presente Indicação aos nobres Pares, certo de sua aprovação e acolhimento pelos órgãos competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

19ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe ao Sr. Manoel Dourado Marques, Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado RIVA, manifesta suas mais sinceras congratulações ao Escritor Manoel Dourado Marques, em decorrência da publicação do livro ‘História do Município de Itiquira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Manoel Dourado Marques é paulista, produtor e agente cultural. A curiosidade em desvendar alguns acontecimentos sobre a história do Município de Itiquira se transformou numa pesquisa mais profunda que culminou com a edição do livro ‘História do Município de Itiquira’, escrito com a admiração de quem viveu grande parte de sua vida naquela localidade.

A obra retrata as origens, formação étnica, dados e fatos históricos-culturais de Itiquira. É o começo de uma pesquisa histórico-cultural e fotográfica cujo objetivo principal é proporcionar aos leitores uma visão da grandiosidade econômica e cultural que Itiquira representa para o Estado de Mato Grosso.

Assim, diante do exposto, apresento a homenagem ao escritor Manoel Dourado Marques pelo lançamento do livro que é um importante modo de se tornar públicas as potencialidades e peculiaridades do Município. São iniciativas desse porte que ajudam a alavancar e divulgar esse imenso território brasileiro.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

20ª) MOÇÃO DE PESAR: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe à família do Sr. Lucivalter de Almeida Queiroz - Valtinho, Moção de Pesar, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta seu profundo pesar pela irreparável perda do Sr. Lucivalter de Almeida Queiroz - Valtinho, rogando sejam estendidos a toda a família os nossos sentimentos.

Com muita tristeza registramos o passamento do Sr. Lucivalter de Almeida Queiroz - Valtinho, grande personalidade do Município de Diamantino.

O já saudoso Valtinho marcou seu nome na história de Diamantino, onde exerceu o cargo de vereador, tendo sido um dos edis que criaram a Lei Orgânica daquele município. Amante do esporte e das comunicações, foi radialista, tendo, inclusive, dirigido a Rádio Parecis, e organizou torneios de futsal (morumbizinho).

Nesse momento de pesar, nos resta estender a toda a família nossos sentimentos, bem como buscar amparo no Altíssimo, que sempre sabe o que faz e a quem sempre destinamos nossas orações. Que Deus ilumine e conforte a todos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

21ª) MOÇÃO DE PESAR: “Com fulcro no art. 272, alínea “i” da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe à família do Sr. Luiz Antônio de Figueiredo, Moção de Pesar, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta seu profundo pesar pela irreparável perda do Sr. Luiz Antônio de Figueiredo, rogando sejam estendidos a toda a família os nossos sentimentos.

Com muita tristeza registramos o passamento do Sr. Luiz Antônio de Figueiredo, que foi advogado do IPEMAT e professor da Rede Pública de Ensino.

Nesse momento de pesar, nos resta estender a toda a família nossos sentimentos, bem como buscar amparo no Altíssimo, que sempre sabe o que faz e a quem sempre destinamos nossas orações. Que Deus ilumine e conforte a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

22ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ da consolidação do Regimento Interno, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe à Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer - AMCC, na pessoa de seu Presidente, Dr. Laudemi Moreira Nogueira, Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta suas mais sinceras congratulações à Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer, na pessoa de seu Presidente, Dr. Laudemi Moreira Nogueira, em decorrência da comemoração dos 51 (cinquenta e um) anos de fundação da Associação”.

A Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer (AMCC) comemora neste mês os 51 (cinquenta e um) anos de sua fundação. Criada por um grupo de médicos em 1954, tinha por meta dar suporte aos doentes, encaminhando-os para a Santa Casa de Misericórdia ou para outros centros médicos quando necessário.

A Associação foi fundada com o objetivo de que fosse construído um Hospital do Câncer em Cuiabá e que fosse referência não só em Mato Grosso, como em outros Estados. Na década de 80 iniciou-se a construção do hospital, mas foi paralisada por falta de verbas. No ano de 1996, em parceria com o *Lions* Clube de Cuiabá, a construção foi retomada e dois anos após inaugurado o Hospital do Câncer.

Hoje o Hospital é referência na região, atendendo não só pessoas de Mato Grosso como também do Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás. É o único hospital da região especializado somente no câncer, com estrutura para prevenção, tratamento e diagnóstico. Mantém-se por meio de recursos do SUS, convênio com o Governo estadual e empresas privadas que realizam campanhas para arrecadação de fundos.

Em 2004 o hospital atendeu 20.000 (vinte mil) pacientes e realizou aproximadamente 300 (trezentas) cirurgias mensais, número este que só tende a crescer em decorrência do responsável trabalho prestado.

Inaugurada no ano de 2004, a Clínica Odontológica trabalha com a prevenção e tratamento do câncer bucal. É um projeto da Rede Feminina de Combate ao Câncer que realiza trabalhos em casas de apoio e na Santa Casa da Misericórdia. Todos os dentistas que prestam seus serviços são voluntários e todo material é mantido pela rede.

Assim, apresento a homenagem a todos os componentes do corpo clínico do Hospital do Câncer e membros da Associação Mato-grossense de Combate ao Câncer, que desempenham tão importante papel no ofício de salvar vidas e amenizar os sofrimentos advindos da doença.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

23ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ da consolidação do Regimento Interno, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe às autoridades e população de Nova Xavantina, em nome do Prefeito Municipal, Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta suas mais sinceras congratulações às

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

autoridades e população de Nova Xavantina, em decorrência da comemoração do aniversário do município.

Queremos parabenizar a população de Nova Xavantina pelo esforço em busca do crescimento econômico do promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

24ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe às autoridades e população de Barra do Bugres, em nome do Prefeito Municipal, Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Riva, manifesta suas mais sinceras congratulações às autoridades e população de Barra do Bugres, em decorrência da comemoração do aniversário do município.

Queremos parabenizar a população de Barra do Bugres pelo esforço em busca do crescimento econômico do promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado RIVA.”

Ainda sobre a mesa, um projeto de lei e uma moção de louvor de autoria do Deputado Humberto Bosaipo.

1ª) PROJETO DE LEI:

“Dispõe sobre a estadualização da estrada que liga o entroncamento da BR-158 (Vila Campinas) até o Município de Novo Santo Antônio, passando pelo Distrito de Novo Paraíso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que liga o entroncamento da BR-158 (Vila Campinas) até o Município de Novo Santo Antônio, passando pelo distrito de Novo Paraíso, no Município de Ribeirão Cascalheira.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura objetiva estadualizar a estrada que liga o entroncamento da BR-158 (Vila Campinas-Bom Jesus do Araguaia) até o Município de Novo Santo Antônio, passando pelo Distrito de Novo Paraíso, no Município de Ribeirão Cascalheira.

Aquela estrada possui uma extensão aproximada de 120km, sendo de vital importância para o trânsito da população dos 3 municípios e para o escoamento da produção de soja e arroz, além do transporte da produção pecuária.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Os municípios responsáveis pela manutenção daquela estrada encontram sérias dificuldades, tendo em vista ser uma estrada pouco retilínea, o que onera sobremaneira a manutenção da mesma.

Na época de chuvas, a população, principalmente de Novo Santo Antonio, é obrigada a utilizar outras estradas, que normalmente aumentam sobremaneira o percurso, devido a intrafegabilidade dessa estrada.

O presente projeto é uma reivindicação da classe política da região, e, principalmente da população, que são os que mais sofrem com as péssimas condições das rodovias daquela região.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação dessa propositura que é de fundamental importância para a região do Araguaia.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL”.

2ª) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada Moção de Louvor ao Presidente da Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso, Sr. Ângelo Carlos Maronezzi, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõe, legítimos representante do povo mato-grossense, vem manifestar o reconhecimento público ao Presidente da Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso, Sr. Ângelo Carlos Maronezzi, em virtude da realização da 8ª Festa do Arroz, no período de 07 a 10 de abril, na cidade de Sinop.

A 8ª Festa do Arroz, com 116 expositores confirmados, demonstra o crescimento da cultura do arroz em nosso Estado e merece a admiração não somente dos nobres edis, mas de toda sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL”.

Ainda sobre a mesa, uma Moção de Pesar de autoria do Deputado J. Barreto.

MOÇÃO DE PESAR: “Com fulcro no art. 272, alínea ‘i’ do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja aprovada e enviada Moção de Pesar à família de Paulo Cabral Moraes, à Av: Dom Osório, nº 509, Bairro Santa Cruz, em Rondonópolis.

JUSTIFICATIVA

Lamentavelmente a violência de Rondonópolis fez com que mais uma vez a cidade ficasse de luto com o falecimento do empresário Paulo Cabral Moraes, nosso amigo e companheiro, vítima de menores delinquentes.

Paulão, como era conhecido e chamado por todos, morreu aos 43 anos de idade, deixa viúva a Srª Magda Rosa de Lima e duas filhas: Lazara Mariana e Ana Paula.

Natural de Jataí - GO trabalhava no setor atacadista distribuidor de hortifrutigranjeiro e cereais atuando na cidade desde 1980.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

A existência de Paulão, que ora desce ao sono dos justos, foi um continuado exemplo de amizade, trabalho com muita competência, de doações e de testemunhos que ficam gravados no coração de todos.

Deixa ainda cinco irmãos.

Paulão deixa sua família aturdida pela dor da separação e seus amigos desolados e a maior prova disso foi a manifestação de familiares e amigos que desfilaram pelas ruas da cidade em cortejo fúnebre protestando contra a violência que todos vivem e clamando por justiça em prol de uma família que perde um ente querido e trabalhador.

Cabe-nos, com o intuito de minimizar o trágico incidente e a imperdoável ausência de Paulão, prestar homenagem à sua família.

É a nossa justificativa

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputado J. BARRETO”.

Ainda sobre a mesa, proposições de autoria da Deputada Verinha Araújo.

1ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho Indicar ao Diretor Regional da SEDER, Sr. Otaviano Pivetta, a construção de um poço artesiano e a viabilização do abastecimento de energia elétrica no Assentamento Alto Juruena, localizado em Campos de Júlio.

JUSTIFICATIVA

Nessa região em próspero desenvolvimento que tem como objetivo seu crescimento no setor agrícola, necessita de uma estrutura maior visando beneficiar seus moradores, assim como outras comunidades. Por isso, através desta Indicação, venho propor a instalação de um poço artesiano e o fornecimento de energia elétrica naquele assentamento.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

2ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho Indicar ao Diretor-Geral da Rede CEMAT, Sr. Antônio da Cunha Braga, a viabilização do abastecimento de energia elétrica no Assentamento Alto Juruena, localizado em Campos de Júlio.

JUSTIFICATIVA

Nessa região, em próspero desenvolvimento, que tem como objetivo seu crescimento no setor agrícola, necessita de uma estrutura maior visando beneficiar seus moradores, assim como outras comunidades. Por isso, através desta Indicação, venho propor o fornecimento de energia elétrica naquele assentamento.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

3ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Saúde, Marcos Machado, a construção de um Posto de Saúde no Projeto de Assentamento Brasipaiva, no Município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

Tem esta Indicação o objetivo de atender cerca de 350 famílias residentes no Assentamento ‘Brasipaiva’, que fica a aproximadamente 55 km do Município de Santa Cruz do Xingu, tornando o controle e prevenção de patologias dificultado, além de primeiros socorros para eventuais episódios de emergência, aumentando o risco de vida dos trabalhadores.

Diante dessas dificuldades, a construção desse posto de saúde visa promover à comunidade um atendimento mais rápido e eficaz, evitando em muitos casos a necessidade de se deslocarem para um posto mais próximo.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

4ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar à Presidente da Fundação de Promoção Social (PROSOL), Srª Márcia Regina Gerbara, a construção de dois Barracões para o Projeto de Assentamento ‘Brasipaiva’, localizado a 55 km do Município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

Tem esta Indicação o objetivo de oferecer um local apropriado, no qual virá atender as necessidades da população local, proporcionando maior integração da comunidade com a realização de reuniões e assembleias. O outro local teria como finalidade o armazenamento da produção dos Assentados, gerando, assim, melhor produtividade nos trabalhos da Associação.

Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

5ª) INDICAÇÃO: Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Diretor-Presidente da Brasil Telecom, Sr. Sampaio Medeiros, que instale um aparelho de telefone Público ‘Orelhão’ no Projeto de Assentamento ‘Brasipaiva’, no Município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

Considerando que no Projeto de Assentamento citado estão assentadas aproximadamente trezentas e cinquenta famílias, é de relevante preocupação a falta de acesso à comunicação no local, principalmente em casos emergenciais.

Tem esta Indicação o objetivo de evitar, ainda, um grande desgaste dos produtores que poderiam resolver pequenos problemas com uma simples ligação, evitando, em muitos casos, o deslocamento para a sede do Município.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

6ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho Indicar ao diretor geral da Rede CEMAT, Sr. Antônio da Cunha Braga, a viabilização do abastecimento de energia elétrica nos assentamentos Brasipaiva e Santa Clara, no município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

Nessas regiões, em próspero desenvolvimento, que tem como principal objetivo seu crescimento e progresso, necessita de uma infraestrutura maior, visando beneficiar toda a comunidade e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida aos seus moradores. Por isso, através desta Indicação, venho propor o fornecimento de energia elétrica naquele município.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

7ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Infra-Estrutura, Luis Antonio Pagot, a manutenção das estradas que ligam os Projetos de Assentamento ‘Brasipaiva’ e ‘Santa Clara’ ao Município de Santa Cruz do Xingu.

JUSTIFICATIVA

As estradas que ligam os Assentamentos ao município se encontram em péssimas condições, tendo, inclusive, alguns pontos intransitáveis, carecendo de manutenção para que não paralise o transporte escolar oferecido pela Prefeitura, entre outras privações que a comunidade está sujeita, caso não seja viabilizada essa reforma.

É de fundamental importância para o desenvolvimento da região, no setor econômico, turístico, social e educacional a manutenção dessa via de acesso.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

8ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Diretor-Geral da Rede CEMAT, Sr. Antonio da Cunha Braga, a instalação da rede de energia elétrica no Assentamento ‘Roseli Nunes’, no Município de Mirassol d’Oeste.

JUSTIFICATIVA

Esta Indicação tem como objetivo atender a demanda da Comunidade da região, que fica a 32 km do Município de Mirassol d’Oeste, para que todos sejam beneficiados com mais conforto, estímulo e fortalecimento da economia local, que a realização de tão importante obra promoverá.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

9ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Esportes e Cultura, José de Souza Filho, a implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal ‘Edson Athier Almeida Tamandará’, no Município de Mirassol d’Oeste.

JUSTIFICATIVA

Tem esta Indicação o objetivo de atender ao anseio da população local, que com a realização desta obra poderá promover inúmeros eventos esportivos e culturais no período noturno, quando o tempo é mais ameno, motivando, assim, maior interação entre os munícipes.

Sendo também o papel deste poder proporcionar meios para melhorar a qualidade de vida dos mato-grossenses é que encaminhamos este pleito.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

10ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho Indicar ao Diretor-Geral da Rede CEMAT, Sr. Antônio da Cunha Braga, a viabilização do abastecimento de energia elétrica no Assentamento Alto Juruena, localizado em Campos de Júlio.

JUSTIFICATIVA

Nessa região em próspero desenvolvimento, que tem como objetivo seu crescimento no setor agrícola, necessita de uma estrutura maior visando beneficiar seus moradores, assim como outras comunidades. Por isso, através desta Indicação, venho propor o fornecimento de energia elétrica naquele assentamento.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

11ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no art. 245, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, venho indicar ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Saúde, Marcos Machado, a construção de um Posto de Saúde no Assentamento Roseli Nunes, no Município de Mirassol d’Oeste.

JUSTIFICATIVA

Tem esta Indicação o objetivo de atender as 350 famílias residentes no Assentamento ‘Roseli Nunes’, que fica a aproximadamente 32 km do Município de Mirassol d’Oeste, sem nenhuma estrutura adequada para o atendimento médico básico.

Diante dessas dificuldades, a construção deste Posto de Saúde, visa promover à comunidade um atendimento mais rápido e eficaz, evitando em muitos casos a necessidade de se deslocarem para um Posto mais próximo.

Razão pela qual pedimos aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00
HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.”

Também sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Carlos Brito.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Cultura João Carlos Vicente Ferreira, a inclusão do Casarão de Cotia, situado a 38 km da sede do Município de Poconé, no Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, solicitamos à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Sr. Secretário do Estado de Cultura, José Carlos Vicente Ferreira, mostrando a necessidade de incluir o Casarão de Cotia, antiga casa de fazenda da família Gomes de Arruda, com cerca de 150 anos de construção, a 38 km da sede de Poconé, no Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico.

JUSTIFICATIVA

Há aproximadamente seis anos, com a morte da última herdeira da fazenda, D. Euxódia Gomes de Arruda, o Casarão de Cotia foi entregue à Diocese de São Luis de Cáceres e aos padres franciscanos. No prédio, que já abrigou asilo de idosos, a Missão Franciscana pretende reativar a Escola Cotia e criar o Internato Nossa Senhora da Abadia para acolher meninas de 5 a 12 anos, em situação de risco social e com traumas familiares.

Porém, a iniciativa de revitalizar o Casarão, além das já existentes contribuições da Igreja e da sociedade local, necessita de suporte financeiro público ou parceria da iniciativa privada. Daí justifica-se o pedido dos padres para inclusão do Casarão no Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Leonel Wohlfahrt, a necessidade da instalação de poços artesianos no Assentamento Santa Acássia, Município de General Carneiro.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, solicitamos à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Leonel Wohlfahrt, mostrando a necessidade de promover a instalação de poços artesianos no Assentamento Santa Acássia, Município de General Carneiro, a 420 km ao Leste da Capital, em razão da permanente falta de água a que é submetida a comunidade.

JUSTIFICATIVA

A comunidade do Assentamento de Santa Acássia vem sofrendo constantemente com a falta de água, o que causa grande transtorno aos moradores da região. Por conta disso é necessária a instalação de poços artesianos na região para que amenize o problema da falta de água.

O acesso à água, que é fundamental para a qualidade de vida da população, está diretamente ligado à preservação da saúde e ao bem-estar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Devido a sua importância, o abastecimento de água é considerado serviço essencial, deve ser prestado pelo Poder Público como função primordial e com responsabilidade, pois desempenha um papel relevante na proteção da saúde, especialmente na prevenção das doenças.
Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

3ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede título de cidadão mato-grossense ao Sr. Alexander Torres Maia.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Alexander Torres Maia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

O major PM Alexander Torres Maia ocupa atualmente destacado posto na estrutura de governo do Estado de Mato Grosso. Aos 35 anos, depois de cumprir missão internacional, como observador policial e oficial de ligação da III Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, e de atuar em comandos de pelotões e batalhões militares no Estado, o oficial demonstra rara habilidade em lidar com situações adversas. Antes de chefiar o gabinete do governador, também esteve por outros momentos em ações próximas com a população e autoridades civis. E isso se deu quando comandou entre 2001 e 2002 a primeira Companhia de Policiamento Comunitário de Mato Grosso no Bairro Pedra 90, em Cuiabá, tendo contribuído decisivamente para que o que era uma idéia desse certo e se transformasse hoje em uma das mais bem-sucedidas experiências de segurança pública.

Há 15 anos na carreira militar, major Maia desafia currículo admirável, com cursos de aperfeiçoamento tanto em outros Estados (Rio de Janeiro e Piauí) quanto em outros países, a exemplo do realizado nos Estados Unidos da América em setembro de 2000.

Assim, diante do exposto, este projeto de resolução quer homenagear o profissional de polícia que graças ao seu esmero técnico e de combate, imprescindíveis à sociedade e à instituição cuiabana que integra, merece o título de cidadão mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

4ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Eumar Roberto Novacki.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Eumar Roberto Novacki;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Capitão Eumar Roberto Novacki destaca-se dentre os exemplos de maestria e virtude que devem ser assinaladas pelos aprendizes de hoje. Sua história de vida inspira a busca contemporânea dos jovens por espaço e realização pessoal. Nasceu a 30 de setembro de 1976, no Município de Cascavel/PR. Fez dois cursos superiores: formação de oficiais CFO APMCV - 1996, pela Universidade Federal de Mato Grosso e bacharel em Direito - 2002, pela Universidade de Cuiabá. Aperfeiçoamento e aviação para oficiais - 2000, pela Marinha do Brasil e é pós-graduando em Direito público pela Universidade de Várzea Grande.

Casado com a Sr^a Waleska Novacki, pai de Enzo Vitor, 2 anos, o capitão Novacki graças a sua formação profissional significativa, foi condecorado com medalhas: ramos de Queiros - Dedicção aos estudos - 1º colocado no curso de formação de oficiais da Polícia Militar e Ramos de Queiros - dedicação aos estudos - 1º colocado no aperfeiçoamento da Marinha do Brasil.

Atualmente atua como ajudante de ordens do governador do Estado de Mato Grosso, além de ser um bom precursor, atua em situações que possam expor o chefe do Estado e a instituição.

Assim, diante do exposto, este projeto de resolução quer homenagear o capitão que graças ao seu profissionalismo, servindo à sociedade e à instituição Polícia Militar, merece o título de cidadão mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

5ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Moacir Mendes Sousa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Moacir Mendes Sousa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Moacir Mendes Sousa, filho de Rosalvo Albino de Sousa e Dona Rosalva Mendes Sousa, nasceu em Valença, no Estado da Bahia, no dia 23 de novembro de 1949.

Formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia em agosto de 1973, ano em que foi nomeado assessor jurídico da Prefeitura de São Francisco do Conde (BA), cargo que exerceu até 1981.

Chegou a Mato Grosso no ano de 1985, onde atuou, desde 1986, como procurador eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), alternando-se, a cada quatro anos, na condição de titular e substituto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Moacir Mendes Sousa ocupou o cargo de Procurador Regional da República e durante 10 anos foi Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso, período em que promoveu avanços na informatização do setor como também nas tratativas da sede própria. Sousa ampliou as atuações da Procuradoria no Estado ao triplicar o número de servidores.

Moacir Mendes estava na condição de procurador eleitoral substituto do TRE/MT, quando foi promovido a Subprocurador-Geral da República, conforme a portaria 751, do dia 2 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, que traz a promoção de Souza, ‘por merecimento’, sendo uma indicação do Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, referendada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF). Ele hoje atua junto ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, onde representa o Ministério Público Federal perante a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça desde fevereiro de 2004.

Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense é homenagear esse cidadão baiano que escolheu Mato Grosso para construir sua brilhante carreira e hoje representa a Justiça mato-grossense em âmbito federal.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

6ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: “Com fulcro no que preceitua o art. 272, alínea ‘i’, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeremos à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja aprovada e enviada Moção de Aplausos à Secretária do Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, Terezinha de Sousa Maggi, e à Superintendente de Defesa do Consumidor do Estado de Mato Grosso, Vanessa Rosin, por defenderem os interesses dos idosos, fazendo valer a Lei Municipal nº 4.169/2001, ao autuarem o cinema Cineflex Pantanal e o Cine Goiabeiras, por desrespeitarem a referida lei.

O cinema Cineflex Pantanal, especificamente, impediu que o casal de idosos Sérgio e Tânia Nogueira, tivessem acesso, conforme garante a legislação, à gratuidade no ingresso. Além disso, o casal foi submetido ao constrangimento de ouvir expressões grosseiras e desdenhosas por parte de representantes do Cineflex Pantanal.

Nesse caso, a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania e a Superintendência de Defesa do Consumidor agiram de forma firme e corajosa ao enfrentar o descaso por parte dos representantes dos cinemas ao fazer cumprir a lei.

Diante do exposto, manifestamos por meio desta Moção de Aplausos nosso reconhecimento à Secretária Terezinha Maggi e à superintendente Vanessa Rosin, por mais essa manifestação de cidadania e respeito ao idoso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

7ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, a realização de uma Audiência Pública, no auditório Milton Figueiredo, para discutir a criação da Região Metropolitana de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta audiência é discutir a criação da Região Metropolitana de Cuiabá, que irá agrupar municípios limítrofes exigindo-lhes um planejamento integrado com ações coordenadas dos entes públicos neles atuantes, com vistas ao exercício e integração funcional de natureza econômico-social e urbanística das funções públicas de interesse comum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Com a Região Metropolitana postula-se a exigência de um novo conteúdo organizacional de gestão regional, por força da própria Constituição Federal, onde a cooperação e a coordenação intergovernamental passam a ter uma dimensão institucional própria, representada pela exigência de unidades integradas e personalizadas de ação pública de interesse comum. Isto deverá repercutir profundamente na forma de planejamento, programação, execução e controle de funções estatais e de serviços públicos de caráter urbano-regional, em nosso sistema. Assim, observa-se que o desenvolvimento material das condições da vida social e econômica determina a exigência de se adotar novas formas organizacionais das relações humanas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado CARLOS BRITO”.

E, ainda sobre a mesa, Indicações de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco.

1ª) “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom a necessidade de instalar um telefone público comunitário na Comunidade Páscoa IV, no Município de Guarantã do Norte.

Nos termos do art. 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom mostrando a necessidade de instalar um Telefone Público Comunitário na comunidade Páscoa IV, no Município de Guarantã do Norte.

JUSTIFICATIVA

Diante do grande desenvolvimento pelo qual passa a comunidade Páscoa IV no Município de Guarantã do Norte, e em virtude do grande aumento ocorrido na produtividade do referido Município devido a exuberante extensão de área agrícola plantada, podemos afirmar que este fortalecimento da economia se deu com a criação dos inúmeros assentamentos que ali se instalaram, fazendo da região uma das mais promissoras na área de agricultura do Estado de Mato Grosso. Estes assentamentos são compostos basicamente por pequenos produtores que buscam através do solo o sustento para seus familiares.

Demonstrando sua preocupação para com aquele povo e reconhecendo as dificuldades pelas quais passam os moradores da aludida comunidade, o Vereador Zilmar Assis de Lima propõe, através desta augusta Casa de Leis, a instalação de um telefone Público Comunitário, com o propósito de diminuir as dificuldades daquela gente batalhadora que são obrigados a se deslocarem até a sede do município para usufruir desses solicitados serviços.

Por esta razão, solicitamos dos nobres Deputados a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado DILCEU DAL BOSCO - PFL.”

2ª) “Indica ao Diretor-Presidente da Brasil TELECOM a necessidade de instalar um telefone público comunitário na Comunidade Progresso Linha 27, no Município de Guarantã do Norte.

Nos termos do art. 245, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil TELECOM, mostrando a necessidade de instalar um Telefone Público Comunitário na comunidade Progresso Linha 27, no Município de Guarantã do Norte.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00
HORAS.

Diante do grande desenvolvimento pelo qual passa a comunidade Progresso Linha 27, no Município de Guarantã do Norte, e, em virtude do grande aumento ocorrido na produtividade do referido município devido à exuberante extensão de área agrícola plantada, podemos afirmar que esse fortalecimento da economia se deu com a criação dos inúmeros assentamentos que ali se instalaram, fazendo da região uma das mais promissoras na área de agricultura do Estado de Mato Grosso. Estes assentamentos são compostos basicamente por pequenos produtores que buscam através do solo o sustento para seus familiares.

Demonstrando sua preocupação para com aquele povo e reconhecendo as dificuldades pelas quais passam os moradores da aludida comunidade, o Vereador Zilmar Assis de Lima propõe, através desta augusta Casa de Leis, a instalação de um telefone público comunitário com o propósito de diminuir as dificuldades daquela gente batalhadora, que é obrigada a deslocar até a sede do município para usufruir desses solicitados serviços.

Por esta razão, solicitamos dos nobres Deputados a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 12 de abril de 2005.
Deputado DILCEU DAL BOSCO - PFL”

3ª) “Indica ao Diretor-Presidente da Brasil TELECOM a necessidade de instalar um telefone público comunitário na comunidade Santa Clara, no Município de Guarantã do Norte.

Nos termos do art. 245 do Regimento interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil TELECOM, mostrando a necessidade de instalar um telefone público comunitário na comunidade Santa Clara, no Município de Guarantã do Norte.

JUSTIFICATIVA

Diante do grande desenvolvimento pelo qual passa a comunidade Santa Clara, no Município de Guarantã do Norte e em virtude do grande aumento ocorrido na produtividade do referido município devido à exuberante extensão de área agrícola plantada, podemos afirmar que este fortalecimento da economia se deu com a criação dos inúmeros assentamentos que ali se instalaram, fazendo da região uma das mais promissoras na área de agricultura do Estado de Mato Grosso. Esses assentamentos são compostos basicamente por pequenos produtores que buscam através do solo o sustento para seus familiares.

Demonstrando sua preocupação para com aquele povo e reconhecendo as dificuldades pelas quais passam os moradores da aludida comunidade, o Vereador Zilmar Assis de Lima propõe, através desta augusta Casa de Leis, a instalação de um telefone público comunitário com o propósito de diminuir as dificuldades daquela gente batalhadora, que é obrigada a deslocar até a sede do município para usufruir desses solicitados serviços.

Por esta razão, solicitamos dos nobres Deputados a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado DILCEU DAL BOSCO - PFL”

4ª) “Indica ao Diretor-Presidente da Brasil TELECOM a necessidade de instalar um telefone público comunitário na Comunidade Santa Ana 45, no Município de Guarantã do Norte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Nos termos do art. 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Brasil TELECOM, mostrando a necessidade de instalar um telefone público comunitário na Comunidade Santa Ana 45, no Município de Guarantã do Norte.

JUSTIFICATIVA

Diante do grande desenvolvimento pelo qual passa a comunidade Santa Ana 45, no Município de Guarantã do Norte e em virtude do grande aumento ocorrido na produtividade do referido município, devido a exuberante extensão de área agrícola plantada, podemos afirmar que este fortalecimento da economia se deu com a criação dos inúmeros assentamentos que ali se instalaram, fazendo da região uma das mais promissoras na área de agricultura do Estado de Mato Grosso. Esses assentamentos são compostos basicamente por pequenos produtores que buscam através do solo o sustento para seus familiares.

Demonstrando sua preocupação para com aquele povo e reconhecendo as dificuldades pelas quais passam os moradores da aludida comunidade, o Vereador Zilmar Assis de Lima propõe, através desta augusta Casa de Leis, a instalação de um telefone público comunitário com o propósito de diminuir as dificuldades daquela gente batalhadora, que é obrigada a deslocar até a sede do município para usufruir desses solicitados serviços.

Por esta razão, solicitamos dos nobres Deputados a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 12 de abril de 2005.
Deputado DILCEU DAL BOSCO - PFL”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Indicações de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco e Deputada Verinha Araújo.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em Votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Solicito ao Deputado Mauro Savi assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:18 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Na Ordem do Dia:

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 22/05, Mensagem nº 10/05, do Poder Executivo, que altera o perímetro da Estação Ecológica do Ronuro no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 05/05, Mensagem nº 19/05, que dá nova redação aos arts. 1º, 7º e 8º da Lei Complementar nº 160, de 23.03.04, cria Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 73/05, Mensagem nº 24/05, do Poder Executivo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.261 de 28/12/04 (Fundo de Depósitos Judiciais - FUNDEJU). Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 131/04, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos estaduais de ensino comunicarem ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso - CEE-MT, os casos de alunos cujas faltas não justificadas atingirem 25% ou mais das atividades escolares durante o mês. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 104/04, de autoria do Deputado Riva, que estabelece critérios para a aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Estadual, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 60/05, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que institui, no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso, o Dia do Capelão Hospitalar. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 57/05, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais para alunos das escolas públicas estaduais, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer.

A Srª Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu gostaria de solicitar vista a este Projeto, porque eu estou inclusive aguardando a vinda a este Plenário do Relatório Final da Reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, em que pretende-se modificar a tramitação dos projetos, iniciando justamente pelas comissões de mérito. E esse nosso projeto, a nossa proposta é discuti-lo na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, inclusive em audiência pública. Por isso, solicito de Vossa Excelência vista e gostaria inclusive que Vossa Excelência se pronunciasse a respeito do Relatório Final da Reforma do Regimento Interno, já que estamos praticamente entrando no mês de abril e as comissões ainda não sofreram alterações, e porque até este momento nós não apreciamos a reforma do regimento.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Concedo vista à nobre Deputada.

Comunico que a Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa verificará as questões sobre o Relatório Final da Reforma do Regimento Interno.

Eu quero, em meu nome e do Deputado Dilceu Dal Bosco, agradecer a presença do Vereador Santinho, do Vereador Jelson França e do Vereador Chuchu Dalmolin nas nossas galerias.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 55/05, de autoria da Deputada Verinha Araújo, que determina que a denominação das escolas públicas estaduais será de pessoa vinculada à Educação Pública Estadual. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 53/05, de autoria do Deputado Riva, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 8.279, de 30.12.04. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 48/05, de autoria do Deputado J. Barreto, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede estadual de ensino, o Programa de Prevenção da Obesidade e das Doenças dela decorrentes, assim como orientação nutricional, e dá outras providências. Com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários dos Deputados J. Barreto e Zé Carlos do Pátio. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 11/05, de autoria do Deputado Nataniel de Jesus, que concede a Carteira Nacional de Habilitação às pessoas carentes, no âmbito do Estado de Mato Grosso, segundo os parâmetros desta lei. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Nataniel de Jesus - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, gostaria também de pedir vista a esse projeto, porque entendemos que é de muita importância para as pessoas que ganham de um a dois salários mínimos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Pelo teor da matéria e a importância da mesma, concedo vista ao nobre Deputado.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais...

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, acabei de conversar com os Srs. Deputados, com a imprensa, público presente nas galerias, com o Deputado Humberto Bosaipo, e queria apenas passar uma mensagem aos papiloscopistas, peritos que o Deputado Humberto Bosaipo tem encaminhado uma discussão de interesse dos papiloscopistas, dos peritos, e nós já havíamos encaminhado uma conversa com o Secretário de Administração, onde foi fechado um acordo com os peritos que inclusive estão na Casa.

O Deputado Humberto Bosaipo fez um compromisso com a categoria de que essa mensagem seria votada na quinta-feira. Fui procurado, ontem, pelos peritos. Falei que estivessem atentos que viessem, hoje, à Sessão.

Entendo que votar terça-feira e quinta-feira não tem nenhum complicador para a categoria. Esta Casa é uma casa de entendimento. O Deputado Humberto Bosaipo assumiu um compromisso. E essa matéria, na quinta-feira, estará votada. Eu acho muito melhor do que qualquer outro tipo de confronto desnecessário até porque tem uma parte da categoria, que são os papiloscopistas, que deve apresentar uma emenda que o Deputado Humberto Bosaipo está trabalhando. E é lógico que nessa matéria eu sigo orientação do Governo.

E na orientação do Governo, dentro do que foi combinado, vai ser apreciado. Se for necessário, na quinta-feira - já quero pedir aos colegas Deputados -, Deputado Humberto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Bosaipo, eu pediria, se for conveniente até uma Sessão Extraordinária para finalizar a votação, se for preciso apreciar a Redação Final, para liberar a categoria.

Quero dar a tranqüilidade a vocês, que tanto eu como o Deputado Humberto Bosaipo temos interesse no melhor para a categoria.

E como eu já falei, esta Casa, sendo uma casa de entendimento, nós não podemos nos furtar a ter mais dois ou três dias para finalizar essas conversações.

Quero apenas dar a tranqüilidade à categoria de que a matéria será votada esta semana (PALMAS).

Sr. Presidente, eu indago se está nas Explicações Pessoais?

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Nós retificamos.

Estaremos votando um Projeto de Emenda Constitucional, em votação nominal...

O SR. RIVA - Eu gostaria de antecipar um pedido, que eu pedi ao Deputado Alencar Soares. Em função de um anunciado na coletiva de ontem, eu pediria a palavra, pela Liderança, nas Explicações Pessoais.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, em relação às Mensagens nº 14, 15 e 16, que trata das Carreiras dos Profissionais de Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso e ao Projeto de Emenda Constitucional que dá nova redação à Subseção IV, da Seção VI, do Capítulo III, do Título III da Constituição do Estado, é o seguinte: estou de posse dos três Projetos. Aliás, esta Casa cometeu um erro primário em votar aqui um Projeto de Emenda Constitucional, passando por cima do Regimento Interno, sem que o prazo tivesse sido concluído. Não tinha o prazo e o Regimento Interno nosso está aqui, mas não é o problema, porque esse Projeto de Emenda Constitucional só muda a terminologia de POITEC para POLITEC, que não há nenhum problema.

Mas eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu estou em defesa dos papiloscopistas, a parte mais fraca dessa briga. Obviamente que não vou impedir nenhum avanço dos peritos, que eu acho que eles merecem também.

E lamento profundamente que na Audiência Pública, ontem, esta Assembléia Legislativa não pode participar com a presença dos Deputados, apareceu lá o Deputado Carlos Brito por cinco minutos e foi embora. Não tinha nenhum Deputado lá, a Deputada Verinha Araújo eu expliquei, me ligou de Brasília, estava numa reunião. Infelizmente, os Deputados não sabem o que está acontecendo com esses três projetos.

Ora, porque é matéria do Governo nós temos que aprovar? Eu sou aqui da Bancada do Governo agora, mas não aprovo matéria sem discutir mais aqui. Eu já tenho a consciência do que vou fazer: vou apresentar as minhas emendas, obviamente, que cada um dos senhores e a senhora, Sr. Presidente, é que vão ter a responsabilidade de votar aqui. Não vou segurar projeto de ninguém, o que é benefício aqui eu nunca segurei.

Aliás, Sr. Presidente, sou um dos Deputados aqui que mais defendo funcionário público. Coloco a questão do funcionário público acima de qualquer projeto meu aqui. Tivemos uma discussão de altíssimo nível ontem, tanto os peritos, como os papiloscopistas trouxeram pessoas do mais alto gabarito para discutir a matéria. Eu cheguei a conclusão de que os dois lados tem razão, tanto os peritos como os papiloscopistas, essa é a minha tese.

Agora, vou devolver, Sr. Presidente, quinta-feira, o projeto. Estou trabalhando, inclusive, com a hipótese de uma audiência com o Governador com relação aos papiloscopistas porque, gente, nós temos que ser aqui nesta Casa a voz dos mais fracos, a voz dos que não têm voz,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

pelo menos, é isso que eu entendo de atuação parlamentar. Eu não quero fazer nenhuma média com ninguém porque não preciso disso. Não preciso de aplausos, não preciso de absolutamente nada. Eu quero sair daqui com o meu dever cumprido. Quero sair daqui com a minha cabeça erguida.

Vou devolver, Sr. Presidente, quinta-feira, depois de me reunir, a minha equipe já começou, hoje, a reunião com os papiloscopistas, vamos continuar amanhã, mas na quinta-feira eu devolvo (PALMAS).

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quero reafirmar, que o compromisso não é meu, é de todos os colegas Deputados com os servidores públicos. O Deputado Humberto Bosaipo falou com muita propriedade, mas nós temos que fazer justiça à história desta Casa.

Quanto ao Projeto de Emenda Constitucional, Deputado Humberto Bosaipo, Vossa Excelência fique tranqüilo, o Projeto de Emenda Constitucional entrou aqui no dia 06 de março e foi votado no dia 06 de maio. Portanto, dentro do prazo regimental, constitucional, sem vício formal e está nas mãos de Vossa Excelência...

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - Eu vou polemizar!

O SR. RIVA - Não, eu não quero polemizar, porque a palavra de Vossa Excelência pode ocasionar uma ação do Ministério Público por vício formal e não tem vício formal. O Projeto entrou aqui em março e foi votado agora. Eu só quero que Vossa Excelência se certifique, porque está nas mãos de Vossa Excelência o Projeto de Emenda Constitucional. Eu certifiquei aqui em cima da bancada. Foi votado no dia 06 de maio a Emenda que entrou no dia 08 de março. Então, não tem nenhuma irregularidade, estou apenas reportando para não ficar mal perante toda sociedade, porque nós já tivemos dois Projetos de Emenda Constitucional declarados inconstitucionais por vício formal.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. RIVA - O Deputado Zé Carlos do Pátio não precisa vir banalizar uma coisa séria porque eu e o Deputado Humberto Bosaipo somos amigos e tenho obrigação de restabelecer essa coisa, a verdade. O Projeto de Emenda Constitucional foi votado dentro do prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, Sr. Presidente, eu ri porque é briga de dois Deputados de peso aqui na Assembléia Legislativa...

(O SR. DEPUTADO RIVA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sei, desentendimento a respeito de um Projeto de Emenda Constitucional...

(O SR. DEPUTADO RIVA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sei, ninguém está falando nada, não, Deputado. Calma!

Estou querendo colocar o seguinte: eu só acho que tem que buscar uma solução o quanto antes, porque foi uma luta muito grande, realmente, para essas conquistas que estão aí. Tem que se buscar uma solução o quanto antes.

Deputado Humberto Bosaipo, estive na Audiência Pública de ontem, na ELETRONORTE, em Brasília, junto com a Deputada Verinha Araújo, para discutir a questão da luz no campo, no Araguaia. Eu digo isso porque Vossa Excelência prestigiou uma Audiência Pública nossa, hoje, para discutir a questão das escolas agrícolas e seria até deselegante da minha pessoa não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

vir aqui justificar que não estive na Audiência Pública de Vossa Excelência para debater o tema porque estava em Brasília, junto com a Deputada Verinha Araújo, a Senadora Serys, o Deputado Federal Carlos Abicalil, discutindo o Projeto luz para todos, na região do Araguaia.

Eu só estava brincando, Deputado, Vossa Excelência está muito armado comigo. Eu só quero que busquemos um entendimento rápido porque foi uma luta muito grande dessa categoria, e acho que vai ser uma das grandes conquistas que nós vamos ter.

Era só isso.

O Sr. Chico Daltro - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para encaminhar a respeito da fala do Deputado Humberto Bosaipo.

Deputado, a presença de Vossa Excelência na Audiência Pública, embora estivéssemos, ontem, percorrendo o Município de Paranatinga e região, nós acompanhamos não só a discussão através de Vossa Excelência, que encaminhou audiência pública, como na Comissão dos servidores que nos procuram, tenho certeza a todos os Deputados, e nenhum Deputado faltará na hora da discussão e votação aqui nesta Casa, posto até que a maioria aprova ou rejeita os projetos.

Mas nós temos acompanhado e temos confiança no trabalho que Vossa Excelência faz. E estando qualquer um dos Deputados numa audiência pública, a discussão dela vem, com certeza, para o plenário na ocasião de votação das mensagens, dos projetos pertinentes, principalmente, à categoria dos servidores públicos. Tenho certeza, a todos os servidores aqui presentes, de que a condução do Deputado Humberto Bosaipo em audiências públicas é competente e nós estaremos presentes aqui para formar a maioria em discussão e não só votar para aprovar a melhor proposta como até não votar durante o tempo necessário para as negociações se desencadear junto ao Governo. É o que tem sido feito por esta Casa e por todos os Deputados.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - A Mesa Diretora pede ao nobre Deputado Humberto Bosaipo, que tem trabalhado e feito todas as audiências públicas na questão do funcionalismo, seja ela da categoria militar, civil, delegados, papiloscopistas, legistas, o bom senso para que esses projetos cheguem à Mesa até quinta-feira para sua tramitação normal.

O Sr. Humberto Bosaipo - Peço a palavra, pela Ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

A Sr^a Verinha Araújo - Eu já havia pedido, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu agradeço.

Veja bem, desde 2003, enquanto Parlamentares, pelo menos a mim enquanto Parlamentar desta Casa, temos recebido tanto os Peritos que estão aqui quanto os Papiloscopistas que também estão hoje nas galerias, e foi toda uma luta das duas categorias para que o Governo reconhecesse a importância delas no contexto do Mato Grosso, do seu trabalho, de suas produções, com suas formações. Foram dois anos incessantes, tanto para os Peritos como para os Papiloscopistas, para que o Governo remetesse para esta Casa o projeto que define a Polícia Técnico-Científica do Estado de Mato Grosso. E não faltou empenho da Assembléia Legislativa, por parte de vários Deputados, para atender as duas categorias para que elas fossem ouvidas. E isso foi feito por uma série de Parlamentares que estão aqui neste Plenário, hoje. E hoje nós estamos num impasse, por quê? Porque, infelizmente, não foi contemplada a totalidade daquilo que foi conversado. E não contemplando, está colocado o impasse para a Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Eu, inclusive, quero dizer que tenho respeito e sempre atendi as duas categorias. E, para mim, fica muito difícil, hoje, o Governo colocar os Deputados encurralados em uma situação dessa.

Por isso, eu vejo que é importante que todos os Deputados aqui façam com que haja uma saída e que se busque uma negociação. Não só colocar nas mãos do Deputado Humberto Bosaipo, mas dos 24 Deputados para buscarem essa negociação. Não podemos ser os algozes em uma situação que não foi resolvida pelo Governo. Porque, se não fosse a Assembléia Legislativa, este projeto de lei não teria chegado a esta Casa nem agora.

Eu quero ponderar para que busquemos as conversações, para que elas se resolvam o mais rápido possível. E para que aqui não fique colocado a este ou para aquele Deputado a responsabilidade de votar ou não, mas de buscar a conversação, o diálogo e resolver a questão.

Esta era a ponderação que eu gostaria de fazer. Muito obrigada.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu vou encerrar esse assunto.

Apenas para dizer que bom senso eu vou ter. Aliás, eu sempre tive bom senso com as coisas que trato aqui, no plenário. Apesar da minha paciência estar ficando cada vez menos com as coisas, porque estou tentando resolver as coisas e estou achando muita dificuldade por parte do Governo, mas vou ter bom senso. E vou passar ao meu Partido, ao PFL, ao Líder do Partido, essas preocupações.

Mas Vossa Excelência pode ter certeza de que na quinta-feira eu devolvo todos os Projetos. Vou apresentar o meu trabalho em defesa dos papiloscopistas. E aí a consciência de cada um vota. E, com certeza, não é uma luta do Deputado Humberto Bosaipo. Como disse a Deputada Verinha Araújo, essa deve ser uma luta de todos os Deputados. Se nós podemos beneficiar uma categoria, por que não podemos beneficiar as outras? Por que os funcionários da Secretaria de Fazenda foram os que mais receberam aumento este ano? Por que os funcionários da Secretaria de Fazenda, os Fiscais, são os que mais recebem aumento aqui? São questões que eu deixo no ar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Em 1ª discussão, Projeto de Emenda Constitucional nº 02/05, de autoria das Lideranças Partidárias, que altera os artigos 116 e 117 da Constituição Estadual (Defensoria Pública). (PAUSA)

Retificando a retirada da Emenda...

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

O Sr. Riva - Solicito a palavra pela Liderança do PP, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Liderança do PP, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, público presente nas galerias.

Eu quero aqui, antes de mais nada, fazer justiça, Deputado Humberto Bosaipo. Vossa Excelência tem sido defensor, não só dos papiloscopistas, mas de muitas outras categorias.

Eu apenas usei a palavra para fazer uma correção porque esta Casa tem sido vítima dos mais variados tipos de ação direta de inconstitucionalidade. Na última, nós votamos uma Emenda Constitucional, e, por um dia, o Ministério Público questionou a sua inconstitucionalidade.

Então, eu quis apenas restabelecer, porque Vossa Excelência viu a data do carimbo e não atentou para a data da entrada da emenda, que é o prazo que realmente conta na tramitação. Portanto, a Emenda foi votada dentro do prazo legal, sem nenhum prejuízo para nenhuma das partes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

É justa a luta de Vossa Excelência em favor dos papiloscopistas. É natural que a bancada de Governo sempre trabalhe no sentido de buscar um consenso no Governo, e Vossa Excelência tem insistido muito nisso - o Secretário Geraldo de Vitto me falou. Eu falei para o Dr. Geraldo De Vitto que achava justo o pleito de Vossa Excelência para a categoria, mas é lógico que aqui também o Governo tem uma bancada e o próprio líder tem nos pedido que vote de acordo com a orientação do Governo.

Eu, hoje, estou realmente comprometido com essa bancada. Mas nada impede que o líder do Governo, junto com Vossa Excelência, tente esse encaminhamento e nós apoiaremos esse encaminhamento.

Mas não é sobre esse assunto, Sr. Presidente, que eu vou falar. Eu gostaria aqui, primeiro, de comunicar a decisão que tomamos de nos filiar ao PP aos colegas Deputados, que têm sido não só colegas Deputados, mas, na verdade, irmãos, porque aqui nós formamos praticamente uma família. Convivemos mais aqui, do que em nossas casas.

Como os questionamentos têm sido muito grandes, em razão de verticalização e não verticalização, em razão de uma eventual candidatura majoritária do PP, que alguns teimam em plantar, mas que não existe, eu gostaria de deixar muito claro que em todos os momentos o Deputado Pedro Henry colocou seu compromisso com a reeleição do Governador Blairo Maggi, como colocou o Deputado Chico Daltro, que é Presidente Regional do Partido, como colocamos aqui, na coletiva, eu, o Deputado Alencar Soares, o Deputado Eliene e o Vice-Prefeito de Várzea Grande, ex-Deputado Nico Baracat.

Eu quero definitivamente esclarecer que o PP faz parte da base aliada, e é uma das razões de termos nos filiado ao PP, porque manifestamos a nossa vontade de continuar trabalhando como aliado do Governo.

E é bom que isso fique claro. A coletiva teve uma hora de duração. Fizeram uma pergunta e o Deputado Pedro Henry não poderia ter dado outra resposta que não a de que, havendo a verticalização, o PP teria o Plano B. Já tem veículo que aproveitou apenas desse trecho para, maldosamente, dizer que o PP quer estabelecer um confronto com o Governador Blairo Maggi. E não é verdade.

Então, Deputado Chico Daltro, eu uso a palavra aqui para fazer esse esclarecimento e para fazer um agradecimento a Vossa Excelência, pela forma como recebeu a mim, ao Deputado Eliene, ao Deputado Alencar Soares, ao Vice-Prefeito Nico Baracat e tem recebido a todos os nossos companheiros no Partido.

Vossa Excelência e o Deputado Pedro Henry podem contar com um parceiro para ajudar na construção desse partido e no projeto do nosso futuro Senador Pedro Henry.

E a partir de agora nós vamos seguir uma orientação partidária. Tem um convite ao Deputado Campos Neto também para vir para o partido. Respeitamos a posição do Deputado Campos Neto, por estar num partido de amigos, de pessoas aliadas, que é o PFL, mas Vossa Excelência, tomando a decisão, é natural que o PP esteja de portas abertas, e nós vamos conversar com todos os companheiros para que Vossa Excelência também ganhe seu espaço dentro do partido.

Deixo muito claro, Deputado Chico Daltro, a nossa gratidão aqui pela forma como fomos recebidos no partido por Vossa Excelência e pelo Deputado Pedro Henry.

Pode ter a certeza de que tanto eu, como o Deputado Eliene, como o Deputado Alencar Soares e o Deputado Nico Baracat passamos a ser mais um soldado do partido.

Eu tenho muita vontade de construir a minha história dentro de um partido. Eu vejo o Deputado Zé Carlos do Pátio, que tem uma história linda dentro do PMDB; o Deputado Carlão Nascimento, dentro do PSDB; o Deputado J. Barreto, dentro do PL; o Deputado Ságua, dentro do PT; e tantos outros. Infelizmente, a estrutura partidária não nos deu essa oportunidade,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

porque, antes de se cobrar a fidelidade partidária do filiado, é necessário também cobrar a fidelidade do partido para com o filiado, mas os partidos não têm tido essa fidelidade. Então, não há porque se cobrar. Quando uma das partes não é fiel, não tem sentido querer cobrar fidelidade dos filiados na estrutura frágil que temos hoje - na estrutura política frágil, inconsistente. Dá uma insegurança a todos os filiados.

Lembro-me do PSDB. Eu passei simplesmente dois anos construindo um projeto de Senado dentro do PSDB e perdi de vista esse projeto em função de uma malfadada aliança mal feita naquele momento, com todo o respeito que tenho por toda história do PMDB e por alguns companheiros do PMDB. Eu tenho certeza de que se o PMDB tivesse caminhado sozinho e o PSDB sozinho, a história poderia ser diferente. Se o PSDB tivesse lançado os dois candidatos a Senado, o Senador Carlos Bezerra poderia até ter sido candidato a Senador sem estar coligado com o Dante de Oliveira ou candidato a Deputado Federal, ou outra coisa... Questiono essa aliança até hoje. Quer dizer, então, não há de ser falar em fidelidade dos filiados, se não houver fidelidade do próprio partido para com o filiado.

E também é necessário que o partido, Deputado Carlão Nascimento, dê mais abertura. O PTB não tem um único diretório no Estado, nenhum diretório. É um partido frágil, inconsistente! Nós vamos para o PP com esse projeto também de ir para as bases dar a oportunidade a todos os companheiros de participar da convenção e de disputar uma vaga no diretório, na Executiva, de estabelecer uma disputa democrática em prol do fortalecimento do partido.

Então, Deputado Chico Daltro, eu uso a palavra aqui para fazer esse agradecimento a Vossa Excelência, ao Deputado Pedro Henry, que está em Brasília, o nosso futuro Senador. E para agradecer o apoio de todos os colegas independentemente do partido.

E quero aqui, Deputado Humberto Bosaipo, convidar Vossa Excelência, meu irmão - por isso fiquei bravo com o Deputado Zé Carlos do Pátio, porque eu e o Deputado Humberto Bosaipo...

Deputado, desculpe-me também, porque quando Vossa Excelência se referiu a brigas, queria dizer o seguinte: eu jamais briguei. Fui 1º Secretário e Presidente com o Deputado Humberto Bosaipo durante quatro anos. Nós dois não tivemos um único incidente nesses quatro anos. E não quer dizer que uma discussão acalorada neste plenário representa uma briga. Pelo contrário, tenho um grande apreço pelo Deputado Humberto Bosaipo.

No dia em que ele filiou-se no PFL, eu cancelei a minha agenda e fui lá acompanhar a filiação do Deputado Humberto Bosaipo, porque é uma pessoa que eu torço pela sua luta e pelo que ele representa para o Estado. É importante dizer isso, pelo que ele representa para as pessoas do interior que, às vezes, precisam do político.

Então, eu quero apenas esclarecer, Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência me desculpe, e Vossa Excelência fez até uma brincadeira... desculpe o momento, eu também sei reconhecer, mas era apenas para deixar claro que não tinha nenhuma briga.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu quero requerer o tempo do PFL, autorizado pelo meu Líder, Deputado Dilceu Dal Bosco e transferir ao Deputado Riva. Eu acho que é um assunto importante e vai me dar oportunidade de apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Solicito ao Deputado Zeca D'Ávila para que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO ZECA D'ÁVILA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:57 HORAS.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Agradeço o PFL pela cessão do tempo na palavra, pela Liderança.

Mas, Sr. Presidente, vou concluir. Na verdade, eu me preocupei em fazer essa observação, porque aqui nós somos todos amigos, e ninguém discutiu mais com Vossa Excelência nesta Casa que eu e eu tenho um grande respeito por Vossa Excelência, pela sua luta, pelo seu trabalho e sou seu amigo.

Então, eu quis apenas esclarecer esse fato e, acho que exagerei um pouco. Vossa Excelência me desculpe...

O Sr. Humberto Bosaipo - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Concedo o aparte ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputado Riva, na verdade, esses embates que nós temos no plenário são embates extremamente democráticos. Vossa Excelência é um dos Deputados mais atuantes, senão o mais atuante do Estado de Mato Grosso. Está no seu 3º mandato, é um homem que, na política, chama-se fôlego de sete gatos, ele tem setenta, ele tem fôlego para setenta gatos e daí para frente.

Respeito a sua posição familiar, que é belíssima. Seu pai e sua mãe são meus grandes amigos, seus irmãos, sua família. Respeito a condição de companheiro. Se existem dois Deputados que apanharam mais do que eu e o Deputado Riva aqui em Mato Grosso, eu... ou no Brasil! Talvez até no Brasil, Deputado Alencar Soares.

Mas é igual o Deputado Riva fala, se você ficar aqui no seu mandato, cruzados os braços, no seu gabinete ou se escondendo do eleitorado, não puser a cara para ajudar os outros, você vai passar aqui um mandato como tantos que passaram por aqui e não vai acontecer absolutamente nada.

Eu estava lendo hoje a história de Juscelino Kubitschek, porque eu estou fazendo um trabalho sobre a UDN e o PSD de Mato Grosso. O que o Juscelino Kubitschek apanhou da oposição udenista, foi uma coisa assim... Nós não chegamos a 10%. Então, esse respeito é mútuo, nós temos posições iguais neste projeto, apenas eu quero defender os papiloscopistas, porque essa luta não é de agora. Essa é uma luta de mais de dez anos!

Quero dizer Sr. Presidente...(O MICROFONE É DESLIGADO.) Vossa Excelência me concede mais um aparte?

O SR. RIVA - Concedo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Quero dizer que a função do papiloscopista é primordial na elucidação de crimes. Eu diria que a Justiça não vive sem o papiloscopista.

Agora, querer remeter o papiloscopista apenas para tirar carteira de identidade, fazer questões administrativas, é degenerar uma classe. É degenerar uma classe! Este é o argumento. Agora, o que eles querem? Eles não querem, gente, aumento de salário. Ninguém quer aumento de salário. Eles querem as mesmas atribuições do perito que eles já fazem na prática e os peritos sabem disso. Eles querem ser nivelados a nível superior, que coisa bonita, ser nivelado a nível superior. Mas esse é outro assunto, depois eu quero dizer aqui sobre política.

O Deputado Riva tomou uma decisão como eu tomei uma decisão política de retornar ao PFL. Vossa Excelência está credenciado para tocar qualquer partido em Mato Grosso. Vossa Excelência, somado com as forças do Deputado Eliene, esse grande líder que nós temos aqui, esse professor emérito, um Deputado que na primeira eleição teve sete votos, na segunda eleição teve dezesseis, na terceira vinte e seis e daí para frente vai só crescendo porque é um Deputado extremamente atuante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

O Deputado Chico Daltro com sua inteligência ímpar, certamente, está credenciado para ser um Deputado Federal do PP, um dos mais votados do Estado. O Deputado Alencar Soares que é meu conterrâneo, quer dizer, é o homem que mais me tira votos na minha região porque o prestígio dele é maior do que o meu.

Vossa Excelência tomou uma decisão de líder: “Vou para o PP, vou junto com os meus companheiros, vou assumir uma posição”. É assim que o homem público faz. Tenho plena certeza, absoluta, de que Deus vai lhe abençoar. O senhor vai fazer um grande trabalho no PP, como fez em outros partidos. Não leve o Deputado Campos Neto, deixe o Deputado Campos Neto para nós, porque senão ficaremos cada vez mais fracos. Deixe o Deputado Campos Neto lá no PFL que é um grande nome no partido, sempre disputou as eleições no partido, mas se o Deputado Campos Neto for, eu sei que Vossa Excelência vai ficar debaixo de asas poderosíssimas, ainda com mais de cem mil votos na próxima eleição. Só aí já elege dois de cara. Eu só não fui com Vossa Excelência e iria, cheguei a avisar que iria para o PP, porque recebi um convite de um irmão, de um amigo muito forte que foi Jaime Campos, naquele momento.

Então, eu desejo que Vossa Excelência tenha pleno sucesso, eu quero estar na filiação de Vossa Excelência, como Vossa Excelência esteve na minha, junto com os outros companheiros. Muito sucesso, Deputado. Agora, nós ajude também com os papiloscopistas.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. RIVA - Agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo.

Primeiro, eu quero dizer o seguinte: o Deputado Campos Neto, do PFL, eu vou fazer essa observação... Estive ontem com o ex-Prefeito e ex-Governador Jaime Campos e disse ao ex-Governador Jaime Campos o motivo da nossa decisão.

Em relação ao Deputado Campos Neto, nós nem fizemos o convite ainda, falamos aqui hoje, é verdade, o Deputado Campos Neto pode confirmar, também respeito a posição dele dentro do partido, sei que ele tem a Liderança dele no PFL, ele se elege na hora em que ele quiser dentro do PFL, mas é lógico que engrandeceria em muito o PP caso viesse para o PP, e aí o nosso Presidente Regional, Deputado Chico Daltro, concorda com isso, como concorda o Deputado Federal Pedro Henry, o Deputado Eliene e o Deputado Alencar Soares.

Em relação aos papiloscopistas, deixo claro o seguinte: aqui todo e qualquer colega que for procurado por uma categoria vai contar com o apoio dos demais. Quando eu encaminhei a questão dos peritos fui apoiado por todos os Deputados aqui. Vossa Excelência será apoiado. É lógico que nós vamos até o limite da discussão, exaurir toda a discussão. Cheguei a marcar uma audiência para os papiloscopistas com o Governador do Estado, para os peritos. Então, é uma categoria que eu tenho um apreço e concordo com Vossa Excelência que não pode essa categoria ser encolhida nas suas atribuições. É lógico que, como Deputado de Governo e eu já afirmei isso aqui, nós vamos exaurir toda discussão, se a discussão apontar e o Governo indicar que nós temos que votar a mensagem daquela forma, em função de um projeto de Governo, e o que está sendo discutido é a carreira, Vossa Excelência falou que não tem nada a ver com a questão salarial, é lógico que também nós temos ônus a pagar dentro do Governo, estamos prontos para pagar esse ônus também, é lógico que antes nós vamos exaurir essa discussão.

Eu acho que Vossa Excelência está correto em marcar audiência com o Governador para discutir essa questão. Acho até que devem ir todos os Deputados. E, se for preciso dar uma palavra de apoio aos papiloscopistas, irei. Estarei junto com Vossa Excelência. Agora, em vencido na discussão, é lógico que eu não vou deixar de atender o apelo do Governo, até porque temos tido a oportunidade de diálogo permanente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Eu pelo menos tenho tido, especialmente com De Vitto, com o Secretário Marcos Machado, que não tem nos faltado. Com o Secretário Célio Wilson não tem nos faltado a oportunidade de discutir.

Mas eu quero encerrar, Sr. Presidente, fazendo um apelo aos Líderes de Bancada, para que indiquem os membros para a CPI das GIAs, porque a imprensa está a nos cobrar. E caso não seja feita até amanhã na Sessão, nós teremos já o prazo exaurido e aí a Mesa pode fazer a indicação. Que indiquem os membros para que essa CPI funcione, porque é uma CPI que tem que começar e fazer o seu trabalho imediatamente para não ficar criando falsa expectativa. E acho que nós temos uma equipe muito boa. A Assembléia vai complementar com uma equipe técnica, junto com os Deputados, junto com a AMM, junto com o Ministério Público, junto com a OAB e acho necessário que essa CPI se encaminhe o mais rápido possível.

E, nesse sentido, peço aos Líderes de Bancada, inclusive ao nosso Líder, Deputado Alencar Soares, para que fizesse a indicação dos membros.

Eu agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade, pela tolerância. Muito obrigado.

A Sr^a Verinha Araújo - Peço a palavra, pela Liderança do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Eu peço ao Deputado Eliene que assuma a direção dos trabalhos, tendo em vista que preciso atender um prefeito que acabou de chegar.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 19:06 HORAS.)

O Sr. Alencar Soares - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, o PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, no qual sou filiado e estou na Liderança, indica o Deputado Riva para participar dessa Comissão.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, a Bancada do PT está indicando o Deputado Ságuas para compor a CPI das GIAs. Gostaria também de me colocar à disposição ao...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Deputada Verinha Araújo, a Assessoria da Mesa me informa que é preciso ter uma discussão de acordos, porque o PT, com dois Deputados, não teria direito a indicação regimentalmente.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu proponho uma discussão conjunta das Bancadas porque, se formos utilizar esse critério, o PT nunca vai entrar em nenhuma CPI nesta Casa. Portanto, vamos discutir e acatar a indicação do PT.

E gostaria de me colocar à disposição para o do Deputado Humberto Bosaipo, na possibilidade de marcar essa agenda com o Governador hoje ou amanhã, para que nós, inclusive, busquemos uma saída para o Projeto que aqui se encontra com relação à Polícia Técnico-Científica, discutindo inclusive com as categorias.

E, também, neste momento, na Liderança, eu quero informar aos Deputados que ontem participamos, em Brasília, de uma reunião. Inclusive, eu usei desta tribuna para informar do seu conteúdo, juntamente com o Deputado Zé Carlos do Pátio. A agenda foi marcada pela Senadora Serys, com a participação do Deputado Federal Carlos Abicalil, representação da CEMAT, do Governo do Estado, através da Secretaria de Indústria e Comércio, da ELETRONORTE de Mato Grosso, representação de Mato Grosso e, também, em nível nacional, do Ministério de Minas e Energia.

E a pauta tratou do Programa "Luz Para Todos" para a região do Baixo Araguaia. Ocorre que no Programa "Luz Para Todos" para o ano de 2005 não consta a contemplação de nenhum Distrito. Tem apenas um, que é o de Veranópolis, próximo a Confresa, com duzentas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

moradias a serem contempladas este ano. Mas, além disso, não consta com informação por parte da ELETRONORTE de que a energia produzida na região é insuficiente para a demanda, para expansão do Programa.

Então, na data de ontem, nós discutimos. E foi uma sugestão da própria ELETRONORTE de que nos próximos trinta dias será feito todo um levantamento na região do Baixo Araguaia, todos os assentamentos, distritos e também os municípios que hoje estão com geradores à base de diesel para saber qual a necessidade de expansão desses geradores a diesel, o custo disso em termos de valores e também o benefício a ser ocasionado com a expansão do Programa “Luz Para Todos” na região do Baixo Araguaia.

Há duas possibilidades para o problema. A primeira possibilidade é de trazer o linhão, que chegará em Querência até a cidade de Vila Rica da Santíssima Trindade, em uma extensão de 370km. Essa é uma das possibilidades. Mas isso é a longo prazo, pelo tempo, pelo custo, pela distância. E uma outra é o linhão que vem hoje da região do Pará. Então, emergencialmente, o que se vai buscar é transferir os geradores a diesel, que hoje já estão na região Noroeste de Mato Grosso, na região de Juína, Juara, Aripuanã, Sapezal, e deslocar esses geradores para a região do Araguaia para expandir a diesel ainda, momentaneamente, até que integrem essas linhas de energia aos linhões, quando chegarem.

Ainda isso seria emergencialmente, mesmo porque quem aqui atua na região do Araguaia sabe que é uma região excluída, escura, que não tem acesso a energia. Por isso, imediatamente, há um estudo após os trinta dias.

Ocorrendo a concordância por parte da ELETROBRÁS, Ministério de Minas e Energia, da própria ELETRONORTE, ocorrendo a concordância, já se iniciaria imediatamente toda a puxada de linhas, hoje, para esses distritos, para esses assentamentos, aguardando geradores para o início do ano de 2006.

Então, eu queria repassar essa informação, daqui a trinta dias teremos outra reunião e aqueles Deputados que se dispuserem a estar nesta outra agenda, estaremos aqui informando, como informamos essa de ontem, para que acompanhem, porque sabemos da necessidade do Baixo Araguaia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o nobre Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a presença do ilustre companheiro, Prefeito do Município de Acorizal, Meraldo Figueiredo Sá, parabenizá-lo por esse início brilhante de administração que vem fazendo naquele município e afirmar o nosso compromisso com aquele município; bem como, também, a presença já citada do Vereador Lutero Ponce, aqui da Capital, 1º Secretário da Câmara Municipal de Cuiabá, que muito nos honram com as presenças aqui no plenário.

Sr. Presidente, gostaria de abordar aqui, quanto ao pronunciamento do Deputado Riva, a respeito da decisão de filiação ao Partido Progressista, do Deputado Riva, do Deputado Eliene, no exercício da Presidência neste momento, do Deputado Alencar Soares e do vice-Prefeito de Várzea Grande, Nico Baracat.

Eu quero aqui, em meu nome e em nome do Deputado Federal Pedro Henry, a nossa liderança progressista maior aqui em Mato Grosso, não só dar as boas vindas como abrir o Partido Progressista para uma composição democrática e uma elaboração política conjunta cujo compromisso maior é o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, como também participar com opinião das decisões do PP de Mato Grosso e das decisões nacionais do PP nacional, lá

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

representado, hoje, pelo Deputado Federal Pedro Henry, como também pelo Deputado Federal Lino Rossi, que também se filiou ao Partido Progressista.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos a certeza de que o trabalho feito nas bases pelos Deputados que se filiam ao PP o credenciam, porque não fazem uma filiação num novo partido apenas por uma decisão isolada em gabinete, mas sim conversando em cada município e recebendo credenciamento nos municípios da população para essa tomada de decisão, que foi anunciada na coletiva de ontem.

Então, eu gostaria de externar aqui a nossa satisfação, a nossa confiança em Vossas Excelências para somar essas forças políticas e trabalhar com muito mais força um partido que tem um propósito maior, construir Mato Grosso cada vez mais progressista, para oferecer melhor oportunidade de vida aos mato-grossenses.

Quanto a essas especulações que o Deputado Riva aqui citou, não temos nenhuma preocupação. O PP tem uma posição de construir para o ano 2006 a chapa que traga a candidatura da reeleição do Governador Blairo Maggi e propõe a candidatura a Senador do Deputado Pedro Henry nessa chapa.

Toda vez que a imprensa, ou qualquer pessoa perguntar: “se não houver possibilidade disso o PP tem outro caminho?” Qualquer político, qualquer partido vai procurar sempre um caminho para se conduzir.

A posição do PP nessa proposta de uma chapa “Blairo Magi Governador e Pedro Henry Senador” é definida. Se alguém quiser especular a possibilidade de qualquer mudança disso, não ocorrerá por iniciativa do PP, porque está trabalhando nesse sentido com determinação.

Então, se houver impedimento, por força de mudança na legislação eleitoral, esse impedimento será avaliado por esses partidos que têm essa proposta eleitoral dessa chapa para 2006. Terá que avaliar. Se o Congresso Nacional modificar a legislação eleitoral e impedir uma coligação desse tipo, os partidos, essas forças políticas, terão que avaliar diante disso, e isso não terá sido o PP de Mato Grosso que terá convocado qualquer mudança à legislação eleitoral. Portanto, há uma definição, tem encaminhamento do PP, liderado pelo Deputado Federal Pedro Henry, composto aqui por nós. E agora reforçado, satisfatoriamente, com a adesão pelos Deputados Eliene, Alencar Soares, Riva, Vice-Prefeito de Várzea Grande, Nico Barocat, e todas as lideranças que estão acompanhando esses ilustres Parlamentares e membros das Executivas Municipais.

Portanto, queremos deixar aqui, corroborar aqui com a fala do Deputado Riva em relação à questão de filiação ao PP, o posicionamento do PP. Nós podemos falar aqui, enquanto Presidente Estadual, em nosso nome e em nome do nosso líder nacional, Deputado Federal Pedro Henry, que representa no contexto nacional a nós do Partido Progressista do Estado de Mato Grosso. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Liderança do PPS, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, conforme entendimento com o Líder do PPS, agora, por telefone, porque ele está atendendo o prefeito no seu gabinete, estamos colocando o nosso nome para fazer parte da CPI das GIAs.

Portanto, peço a Vossa Excelência que coloque o nome do Deputado Pedro Satélite, autorizado pela liderança do PPS e com os demais Deputados do Partido, para que possamos participar dessa CPI. Muito obrigado.

O Sr. J. Barreto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado

J. Barreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, formada ainda, no ano passado, a bancada do Bloco Parlamentar Unidade Legislativa, que tem os Deputados Carlão Nascimento, Chico Daltro, J. Barreto. Indico o eminente Deputado Carlão Nascimento para fazer parte da CPI das GIAs.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Está registrado.

O Sr. Dilceu Dal Bosco - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido da Frente Liberal, depois de ampla discussão com todos os membros, os Parlamentares desse Partido, definimos pelo nome do Deputado Campos Neto para representar a bancada do PFL nesta CPI muito importante para o Estado de Mato Grosso, principalmente, para os municípios, que é a CPI das GIAs, até porque, por colocação do próprio Deputado, Várzea Grande, em função da nova legislação perdeu bastante e é considerável, ele fez questão e a maioria, a totalidade dos Parlamentares assim definiram pelo Deputado Campos Neto.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, na semana passada eu coloquei em dúvida o comitê que define o Projeto Luz para Todos no Estado de Mato Grosso. Eu quero aqui dizer que esse comitê definiu, Deputado Humberto Bosaipo, de colocar Luz para Todos em tudo quanto é lugar, menos no Araguaia.

O Araguaia é a região mais pobre de Mato Grosso, o Araguaia é a região que tem o IDH mais baixo e o Araguaia não recebeu um metro do Projeto Luz para Todos. E eu coloquei a legitimidade da Rede Cemat, da Diretoria da Rede Cemat nesse Projeto Luz para Todos. Denunciei a má aplicação e queria saber se a Rede Cemat, se esse comitê, o interesse dele era um interesse econômico para atender os interesses da Rede Cemat ou interesse social, porque é um dinheiro a fundo perdido...

O Sr. Humberto Bosaipo - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Concedo o aparte ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu quero parabenizar Vossa Excelência por ter participado dessa reunião. Infelizmente, eu e o Deputado Alencar Soares, que somos representantes da região, sequer fomos avisados dessa reunião. Aliás, achei até que foi antiético, não de sua parte, mas de quem coordenou, de quem convidou, porque é um assunto que diz diretamente a dois Deputados da região e, legitimamente, os dois Deputados da região, é eu e o Deputado Alencar Soares, o Deputado Alencar Soares e eu. No que pese, Vossa Excelência ajuda, outros Deputados ajudam.

E, quero dizer, que no Vale do Araguaia, nós estamos tão acostumados a perder! No início do mandato, a Deputada Serys Shessarenko foi lá em Vila Rica, eu participei, junto com outras autoridades, prometeu asfalto, prometeu asfaltar a BR-158, prometeu energia, e eu fui a voz discordante lá no palanque, não sei se Vossa Excelência se recorda disso, eu estava lá. Eu falei que gostaria muito de ver aquele asfalto, mas não acreditava.

Nós já estamos próximos ao último ano de Governo. O Governo do Estado conseguiu ligar Canarana, os quinze quilômetros que faltava, parece-me que vai ligar Querência a BR-158. Mas de Cascalheira para baixo, a estrada acabou! O que o Governo Federal fez no ano

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

passado a chuva acabou este ano, tem que fazer tudo de novo! Quer dizer, uma discussão desse nível, eu vou até requerer que essa discussão venha para a Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência, com certeza, vai nos ajudar porque o Araguaia precisa de apoio. Mas eu fico feliz porque Vossa Excelência foi, a Deputada Verinha Araújo foi, mas lamento que nenhum dos Deputados representantes do Araguaia estivessem presentes numa reunião tão importante como essa. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Humberto Bosaipo, primeiro, eu acho que foi uma falha, talvez, da ELETRONORTE, porque quem provocou essa reunião foi a ELETRONORTE, até porque eu iria entrar no Ministério Público para reter o dinheiro do Luz para Todos. Se não fosse para o Araguaia eu iria reter, daí nós fizemos essa reunião.

Mas eu queria dizer a Vossa Excelência que eu quero aqui reconhecer que foi lá toda diretoria da Rede CEMAT...

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...o pessoal da ELETRONORTE, o pessoal do INCRA, Ministério das Minas e Energia e o Presidente da ELETRONORTE. E eu denunciei, coloquei dúvida na reunião do comitê, mostrei as dificuldades do Araguaia e perguntei qual foi o critério do Projeto Luz para Todos no Araguaia, aliás, no Mato Grosso. Qual o critério, porque o Luz para Todos pode ser termoelétrico. Daí eles não souberam me responder, mas eu fiquei feliz porque a ELETRONORTE apresentou três propostas de começar o Projeto Luz para Todos lá no Araguaia.

Quero aqui elogiar, Deputado Humberto Bosaipo, a Senadora Serys, ela foi uma grande articuladora nessa reunião. Quero elogiar o Deputado Federal Carlos Abicalil que esteve lá e a reunião foi muito positiva. Eles deram um prazo de trinta dias, Deputado Humberto Bosaipo, para colocar as três alternativas:

Primeira alternativa...

O Sr. Humberto Bosaipo (DE SUA BANCADA) - Rasgo meu diploma se essa obra começar em trinta dias.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, não vão começar, não, apresentar uma proposta em trinta dias. Nós vamos fazer estudos.

Primeiro, eletrificar os distritos com os geradores que já tem nos distritos; segundo, começar a rede de energia em toda região do Araguaia, mas trazer a termoelétrica de Juara e Juína para colocar lá na região para atender os pedidos; terceiro, o linhão. Mas pelo menos a eletrificação, Deputado Humberto Bosaipo, dos distritos, eu acho que dá para sair, eu acho que dá.

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concedo um aparte à Deputada Verinha Araújo.

A Sr^a Verinha Araújo - Só para fazer aqui uma justificativa porque o Deputado Humberto Bosaipo coloca que não teria sido convidado.

Ocorre que a reunião havia sido marcada anteriormente para o dia 05, inclusive nós usamos aqui a tribuna convidando os Deputados para que participassem. Depois foi adiada e infelizmente não estava na nossa coordenação, mas a princípio nós avisamos o Plenário dessa reunião em Brasília.

Com relação à BR-158, Deputado Humberto Bosaipo, tem quarenta milhões disponibilizados no Orçamento este ano de 2005 para pavimentação da BR-158, uma rubrica aberta inclusive no PPA do Governo Federal, de iniciativa da Senadora Serys...

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - No papel, quero ver na prática.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

A Sr^a Verinha Araújo - Mas se não tiver no papel é pior, se não tivesse rubrica, nós não temos como alocar o recurso. Já tem a rubrica, tem no Orçamento, vai depender da gente brigar para sair.

Eu quero dizer também que nós vamos fazer uma Audiência Pública aqui para discutir o Programa Luz para Todos e aí contemplar esse debate que Vossa Excelência aqui solicitou.

Muito obrigada.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Humberto Bosaipo, eu quero aqui colocar para Vossa Excelência o seguinte: veja bem, o encaminhamento foi correto, nós questionamos, vai ter um lado positivo, porque a gente não pode só criticar o Governo Lula, o lado positivo é que o Governo Lula, o dinheiro é fundo perdido, o trabalhador não precisa pagar, é gratuito, o trabalhador está recebendo o luz no campo gratuitamente. No Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso era cobrado, inclusive nós estamos enfrentando um problema sério, porque os trabalhadores não estão tendo renda nem para se manter no sítio e vai ter que pagar esse projeto. Eu aqui não quero questionar que os outros lugares não precisavam, mas o Araguaia é o mais prioritário.

Então, eu quero aqui dizer que a reunião foi importante, houve um avanço. E vou dizer uma coisa, Deputado, nós vamos incluir Vossa Excelência nessa articulação, sim, porque aquilo que eu falei para Vossa Excelência lá na Audiência Pública de hoje, aquilo que eu falei é verdadeiro, o Deputado Humberto Bosaipo é um bom articulador para ajudar a conduzir o processo aqui nesta Casa. Nós precisamos da experiência de Vossa Excelência, dessa bagagem para trabalharmos e construirmos realmente esse Projeto Luz para Todos na região do Araguaia. Eu concordo, são quinze mil famílias que são assentadas lá no Araguaia e não tem o Projeto Luz para Todos. Há a necessidade de colocarmos.

Agora, eu acredito, Deputado Humberto Bosaipo, pelo menos nos distritos, eu acho que dá para construirmos esse projeto, Pontinópolis, Distrito de Novo Paraíso, Campina do Araguaia...

O Sr. Humberto Bosaipo - O senhor me concede um aparte.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concedo ao Deputado, mas eu estou com meu minuto um pouco...

O Sr. Humberto Bosaipo - Trinta segundos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Em Pontinópolis, no Governo passado, nós levamos um motor de energia para lá. A Prefeitura não deu conta de tocar o motor, o motor está abandonado. Mande um ofício para a CEMAT, vai fazer o quê? Vão ficar com aquele 180KWA jogado lá fora. Então, é o quadro que existe. Então, essa é uma das preocupações nossa com o Araguaia. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para terminar, Deputado, eu falei isso lá. Na verdade, o que está acontecendo, a Rede Cemat só quer assumir o *filé migmon*, só onde está bem. Onde está ruim, ela não assume. Isso daqui é agência, e não beneficia agência lá. A Deputada estava lá e a Deputada também denunciou. Então, eu quero aqui dizer que Vossa Excelência vai entrar também nessa luta, porque daqui a um mês, nós vamos voltar a Brasília. O Presidente da ELETRONORTE, a Diretoria do Ministério de Minas e Energia, deu um mês para nos dar uma resposta, e nessa resposta eu quero o Deputado Humberto Bosaipo lá, o Deputado Alencar Soares, a Assembléia Legislativa porque nós vamos marcar peso. O Deputado Eliene que tem voto no Araguaia, o Deputado Ságua que é do grupo, que é do PT. E nós vamos conquistar... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Nas Explicações Pessoais, com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, primeiro, para agradecer a aquiescência do Deputado Chico Daltro e do Deputado J. Barreto, por indicarem o nosso nome para participar da CPI das GIAs. Segundo, para fazer uma cobrança. Eu estive numa reunião que o Governador convocou a sua bancada e nessa reunião o Governador nos disse claramente que ele queria transparência, que ele queria que apurasse, doa a quem doesse, e que queria o resultado o mais rápido possível para a questão do ICMS, da distribuição do ICMS no Estado.

E uns quinze dias antes de ser publicado o novo índice do ICMS, nós fizemos um Requerimento ao Secretário de Fazenda, Dr. Waldir Teis, e nesse Requerimento eu pedia uma série de relatórios que a Fazenda tem. E, nós, inclusive, temos cobrado, reiteradas vezes, para que o Secretário possa responder esse Requerimento. Não há necessidade de se esperar trinta dias para trazer a resposta desse Requerimento. Eu estou pedindo apenas um disquete. E como hoje eu fui indicado para fazer parte da Comissão, espero que esse disquete possa estar em nossas mãos bem antes de se começar esse trabalho. Se nós tivermos acesso a essas informações, tenho certeza de que darei uma grande contribuição nessa Comissão, porque vamos economizar, inclusive, tempo. E com esses relatórios nós temos condições de detectar várias e várias irregularidades não só nas GIAs, mas no trabalho também feito pela Secretaria de Fazenda.

Portanto, eu continuo acreditando que o Governo realmente queira transparência. E não sei porque até a presente data não recebemos as informações que pedimos no nosso Requerimento. É um Requerimento simples. Eu sempre digo, simples e direto, para que as pessoas não tragam para cá caminhões e mais caminhões de documentos. Eu quero apenas o disquete que contenha os relatórios que a Secretaria de Fazenda possui. É só isso. Com isso eu tenho condições de fazer todo trabalho que quero fazer.

Sendo assim, eu estou aqui, mais uma vez, acreditando que o Governo quer ser transparente, acreditando na palavra do Governador Blairo Maggi, que naquela reunião disse claramente a todos nós, Srs. Parlamentares e a Sr^a Parlamentar, que ele queria transparência, dizendo ainda que iria marcar uma época importante na história do ICMS do Estado.

Portanto, eu estou cobrando a resposta desse Requerimento. É preciso aquilo, Deputado Humberto Bosaipo, que nós falamos com o Secretário no dia da reunião. Inclusive, na hora da reunião o Secretário disse assim: “Agora, com a CPI não há mais necessidade de responder o Requerimento”. Eu disse claramente a ele, fiz cobrança direta ao Governador: Estou aguardando, porque com essas informações eu quero fazer um estudo bem detalhado sobre a questão da distribuição do ICMS no Estado de Mato Grosso.

E quero também, Sr. Presidente, cobrar da Mesa, porque há vários e vários dias chegou aqui uma tonelada de documentos, e eu já disse claramente na tribuna desta Casa se tiver algum dos meus requerimentos que fiz à Secretaria de Educação, se tiver nessa pilha de documento, avise-me, porque preciso ter acesso a isso.

Faz quase 15 dias que chegaram esses documentos na Casa e eu sequer tive acesso a essa documentação.

Portanto, eu preciso disso... (NESTE MOMENTO O CONSULTOR TÉCNICO-JURÍDICO DA MESA MOSTRA OS DOCUMENTOS.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Aqueles são meus? Então, eu quero agradecer já à Mesa, em que pese dez dias depois, e estou recebendo os documentos. Mas eu quero ler todos ainda hoje.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Uma outra coisa, Sr. Presidente, é que eu vi nas comemorações do aniversário de Cuiabá, e percebemos claramente o desespero que o Governo tem de mostrar que ele está fazendo alguma coisa por Cuiabá. É auditório, é a imprensa falando, é a imprensa falando todo dia que fez algo por Cuiabá, e nos chega com um certo desconforto.

Eu vi a Secretaria Estadual de Educação dizer que em dois anos do Governo Blairo Maggi foram investidos duzentos e setenta e cinco milhões em Cuiabá. Duzentos e setenta e cinco milhões! Não dá para acreditar nisso.

Então, eu vou, amanhã, trazer um Requerimento para saber onde estão esses investimentos, porque no mesmo dia que saíram esses investimentos que a Secretária fez em Cuiabá, Deputado Humberto Bosaipo, um ventilador, lá no CPA, caiu na cabeça de um aluno. Caiu um ventilador na cabeça de um aluno. Quer dizer, investiu-se duzentos e setenta e cinco milhões em Cuiabá e um ventilador ainda cai na cabeça de um aluno!

Você anda nas escolas de Cuiabá e não vê nenhuma novidade. Construíram uma escola? Construíram. Investiram em algumas reformas? Investiram, mas não foram duzentos e setenta e cinco milhões.

O Governador falou que investiu em torno de cem, a Secretária fala que só a Secretaria dela investiu duzentos e setenta e cinco milhões, em dois anos. Isso é um absurdo. Quer dizer, não dá para nós acreditarmos nisso. E coloca isso na imprensa passando para todo mundo como se fosse verdade.

Eu gostaria de ver onde estão os investimentos feitos pela Secretaria de Educação que soma o montante de duzentos e setenta e cinco milhões. E aí não adianta falar: “Ah, tem merenda escolar”. Merenda escolar é um programa do Governo Federal. Então, não tem um centavo do Governo do Estado aqui.

Transporte escolar, que é uma obrigação também do Governo do Estado, eu duvido, e faço aqui um desafio, se a Secretária de Educação colocou em Cuiabá mais do que colocou em Rondonópolis. Em Rondonópolis eu sei quanto foi, foi mais de um milhão para Rondonópolis, e duvido que ela tenha colocado em Cuiabá quinhentos mil reais em transporte escolar.

Portanto, não dá para a gente... Nós ficamos nervosos com isso. Não dá para acreditar nisso. E fico triste, porque talvez o Governador nem saiba disso, mas eu vi a manchete no jornal dizendo: “Duzentos e setenta e cinco milhões em dois anos em Cuiabá”. O que não é verdade. Não dá para acreditar nisso, porque as escolas, eu vi esses dias, para começar as aulas não tinham carteira em Cuiabá, não tinham carteira em Várzea Grande.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Diz aqui a Deputada Verinha Araújo que ainda não tem.

Quer dizer, estão brincando de administrar. Por isso eu tenho cobrado da Secretária, não é nem onde ela investiu o dinheiro, mas tenho cobrado qual é o projeto de educação que esse Governo traçou para o Estado de Mato Grosso, porque ele não existe.

E aí fica difícil quando você pede as informações. Está todo dia o Governo dizendo que é transparente. Todo dia eu vejo o Governador dizendo, e até acredito naquilo que o Governador está falando, mas quando bate o Requerimento nas Secretarias é um alvoroço total. Ninguém quer responder isso. Quando responde, muitas vezes, colocam muitas coisas que não fizeram.

Portanto, no transporte escolar, Deputado Humberto Bosaipo, Vossa Excelência está fazendo uma audiência no dia 13, amanhã, e eu quero participar dessa audiência e levarei para lá documentos para provar que não há critérios na distribuição dos recursos do transporte escolar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Colocaram em Rondonópolis R\$564 mil, no dia 29 de dezembro. Qual era o transporte escolar que tinha no dia 29 de dezembro, depois de ter colocado mais R\$500 mil durante o ano?

Colocaram em Jaciara mais de R\$100 mil no dia 29 de dezembro. Será que é porque o chefe de gabinete da Secretária de Educação era o prefeito? Portanto, não dá mais para acreditar nisso mais, não. Eu estou disposto...

(NESTE MOMENTO O MICROFONE É DESLIGADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Concedo mais um minuto para o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - E quando fazemos o requerimento, vem a conversa. Para responder esse requerimento tem que abrir sindicância, porque têm não sei quantas quadras inacabadas. São já quase três anos de Governo. Por que não fizeram essa sindicância? Por que não enviaram para o Ministério Público? Agora, porque comecei a falar, começa vir a pressão. Vou continuar falando aqui. E se teve alguma coisa de errado quando fui Secretário, mande apurar. Estou disposto também... É transparência? Vamos fazer uma CPI de quando eu fui Secretário lá, e vamos fazer uma CPI de agora também. Coloque de dois anos atrás até agora, que eu assino esta CPI e faço questão de nem dela participar para que esta Casa possa apurar o que está acontecendo lá, hoje, na Secretaria.

Estou levantando tudo, Deputado Zé Carlos do Pátio. E vou entregar a Vossa Excelência detalhe por detalhe o que está acontecendo na Secretaria de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O SR. DEPUTADO J. BARRETO ASSUME A PRESIDÊNCIAS, ÀS 19:41 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, faço uso desta tribuna, primeiramente para parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Humberto Bosaipo, pela preocupação com o Programa Luz para Todos na região do Araguaia. Louvável a preocupação de Vossas Excelências em função da necessidade e do baixo atendimento e cobertura de energia elétrica daquela região.

Mas também quero aproveitar e parabenizar a Deputada Verinha Araújo pela preocupação em se fazer deste assunto uma audiência pública, até para que possamos levantar o que de fato aconteceu e fazer justiça principalmente.

E não tenho aqui a procuração e nem o direito de representar a Rede CEMAT, muito menos a ELETRONORTE e muito menos o Governo federal, o Ministério das Minas e Energia, mas é importante salientar que na audiência pública, da qual farei questão de participar - e se possível, gostaria até de assinar junto com Vossa Excelência, até porque sou engenheiro eletricista e conheço toda essa realidade, pois já trabalhei, atuei muito através da nossa empresa no extinto Programa Luz no Campo e, agora mais recentemente, no Programa Luz para Todos -, possamos elucidar alguns problemas, algumas reivindicações, algumas necessidades, explicando-as até. Tenho certeza de que em algumas regiões ou em algumas cidades em que não foram feitos ou programados nessa primeira etapa esse grupo, esse comitê estará explanando que terá e tem algumas dificuldades técnicas, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Mas, é importante que venha explicar isso nessa audiência pública. Nós temos regiões ainda com sistema termoeletrico gerando energia elétrica, regiões que dependem, muitas vezes, de uma linha de transmissão com nível de tensão acima do que é permitido no Programa Luz para Todos e é por isso que não é atendido, dependendo de uma linha de transmissão.

Só por isso já é importante essa audiência pública para que possamos estar discutindo. E na nossa região, na minha região, na região norte, até porque nós fomos bastante

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

beneficiados nessa primeira etapa, não foi em função do crescimento - é o maior crescimento de consumo de energia do Estado de Mato Grosso o da nossa região -, mas por aquilo que vinha sendo feito ao longo do Programa Luz no Campo, alguns desses assentamentos dessas localidades que estão sendo atendidas agora pelo Programa Luz para Todos iniciaram o Programa Luz no Campo e no momento que foi ele cortado ficaram as obras inacabadas. Em função disso, aumentou o número de atendimento naquela região...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Já concedo o aparte à Vossa Excelência.

Levando em consideração também que é prioritário e foi prioritário na definição do Programa, até dentro de uma linha de definição do próprio Governo Federal e do Ministério, que se atendesse primeiro onde se pudesse levar energia para a grande maioria, ao invés de estar atendendo um consumidor com uma linha de dez quilômetros. Daqui a pouco uma linha de dez quilômetros você consegue atender um assentamento, Deputado Ságuas, com cem famílias, com cinqüenta famílias. Essa foi uma das prioridades colocadas.

Mas, eu acho que é de suma importância a discussão desta Casa, seja aqui em Cuiabá ou em qualquer região, quem sabe até lá no Araguaia, a discussão através da audiência pública.

Concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado, eu quero colocar o seguinte, o Projeto Luz no Campo, que foi um projeto do Governo Fernando Henrique foi feito em Itanhangá, em Ipiranga do Norte... Ora, a região do Araguaia já é penalizada, porque não tem rede de energia e não é ligada ao Sistema Nacional de Energia. Mas, lá tem motores, geradores e tem pequenas termoelétricas que dão para fazer o Luz no Campo lá. E a Luz no Campo não é só energia de hidrelétrica, não; pode ser termelétrica! Agora, por que não dar prioridade para o Araguaia? Por que não atende onde tem motor e gerador?

Sabe qual a sensação que eu tenho, Deputado? Eu vou dar um exemplo. É mais ou menos igual a uma pessoa que é analfabeta. Ela já é penalizada, porque a sociedade não deu o direito e a oportunidade dela aprender a ler e escrever, então ela é analfabeta, porque a sociedade não deu essa oportunidade. Agora, ela será penalizada pelo resto da vida por ser analfabeta? É igual ao Araguaia. O Araguaia é penalizado, porque não é ligado ao Sistema Nacional de Energia. E ele vai continuar sendo penalizado, por não ser ligado ao Sistema Nacional de Energia? Por que não faz termelétrica?

Deputado, o quilômetro de rede no Araguaia atende muito mais do que em qualquer lugar do Estado de Mato Grosso. Eu cheguei a ponto de provar que em certas regiões, trezentas e poucas famílias, três quilômetros atendia mais de trezentas famílias.

Então, eu quero aqui colocar para Vossa Excelência que este debate eu fiz em Brasília ontem, e mostrei a legitimidade desse comitê. Realmente ele é comprometido.

Muito obrigado.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Como falei no início do meu pronunciamento, não discordo de Vossa Excelência e até frisei que é louvável a preocupação. Tem que ser feito dessa forma mesmo. Agora, nós sabemos, quem acompanha um pouco mais o Programa Luz para Todos, que não eram, no início, prioridades os locais atendidos no sistema isolado ou termelétrica. Não é só lá no Araguaia. Se você pegar a região noroeste, que ainda tem lá sistema termelétrica, esta também não está sendo atendida nesse primeiro instante. Mas é importante exatamente este debate para que coloquemos em audiência pública essa preocupação. Eu defendo e acredito que não só eu, não só Vossa Excelência, como todos os Parlamentares, que esse Programa tem que ser levado, sim; tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

que ser estendido à região do Araguaia, principalmente no Baixo Araguaia - concordo com Vossa Excelência. Tem, porque se faz necessário! Eu também conheço aquela região e ela tem que ser atendida. Isso não quer dizer que não será atendida. Ela está dentro da programação e aqui tem que salientar e parabenizar o Ministério, tanto quanto a ELETRONORTE, a Rede CEMAT, o Governo do Estado, que conseguiram trazer o prazo limite de universalização que era 2013 para 2008. Já foi um grande avanço que nós tivemos...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Do Governo Lula!

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Já frisei aqui, do Governo Federal, do Ministério, ELETRONORTE, Grupo Rede CEMAT, o Governo do Estado, todos estão empenhados neste programa, o que já foi uma vitória muito grande, considerável. Nós temos que avançar. Lógico e evidente que temos que avançar, mas agora vamos analisar onde está sendo atendido e por quê? Tem toda uma história em cima disso, que é importante levar em consideração.

Eu tenho exemplo, Deputado Zé Carlos do Pátio, lá em Marcelândia que o programa começou, levantou os postes no Programa Luz no Campo e ficou um ano e meio quase dois anos a população pagando a entrada e as parcelas, e não aconteceu. Esta é a prioridade do Programa Luz para Todos.

Eu acho que Vossa Excelência também concorda, como também nós concordamos que tem que ser atendido o Estado como um todo. Faço questão de participar desta audiência. É de suma importância a audiência proposta aqui por Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo, que com certeza vai elucidar alguns problemas que nós ainda temos, para que não aconteça o que já vem acontecendo e deixando de lado, por exemplo, o Araguaia, que seja também colocado o Araguaia de uma forma ou de outra, que seja contemplado, assim como foram as outras regiões.

Ainda não encerrou a primeira etapa. Ainda existe um limite de dois mil e setecentos consumidores da terceira etapa, mas essa primeira leva vinte e poucos mil consumidores e ainda existe um espaço que pode ser colocado, que pode ser definido. Eu acho que é importante a audiência para juntar a força da Assembléia Legislativa, não só dos Deputados do Araguaia, mas de todos que com certeza absoluta querem que levem esse benefício. Ótimo, quem sabe através da aditiva, mas é importante a discussão desse tema.

Quero aqui, para encerrar, parabenizar Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Humberto Bosaipo que falou desse assunto e, principalmente, a Deputada Verinha Araújo, a quem não esqueço nessa tribuna, até pela sua forma atuante, trabalhadora, preocupada com o povo do nosso Estado. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Esta Presidência registra, com maior prazer, a presença do Vereador da cidade de Alto Araguaia, Vereador atuante daquela fantástica cidade, Vereador Zinho. Desejamos boas vindas a esta capital, esteja à vontade aqui na Assembléia.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o eminente Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, estive na belíssima cidade de Sinop neste último final de semana. Tive o prazer de ser recebido lá pelo eminente prefeito nosso, ex-colega Nilson Leitão, e contar com a companhia agradável do nosso querido amigo Deputado Dilceu Dal Bosco, na festa do arroz.

Participamos de um debate, tanto eu como o Deputado Dilceu Dal Bosco, como o Prefeito, com a APA-Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso. E quero trazer aqui, Sr. Presidente, relatar a Vossas Excelências, para que fique nos Anais da Casa, a questão do produtor de arroz, que está entre a cruz e a espada.

Eu faço de uma forma lida para que não me traia em alguma falha em relação ao assunto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

O produtor de arroz entre a cruz e a espada

O agronegócio é o segmento principal da economia mato-grossense e, no momento, passa por uma grande crise. A soja pressionada pelos excedentes de estoques mundiais teve seu preço reduzido abaixo dos custos de produção, sendo que os sojicultores do sul de Mato Grosso, terra de Vossa Excelência, ainda sofreram muito com o grande período de estiagem dos últimos meses.

O algodão também entrou nessa crise, tanto por problemas climáticos como também pela alta dos custos de produção, todos definidos em dólares.

A pecuária permanece com o já quase eterno problema de relacionamento comercial e de preços, com a indústria frigorífica. Isso chegou a um patamar tão crítico que está se aventando a criação de uma CPI neste Parlamento para investigar os possíveis desvios de todo este setor.

Agora, Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, quero aqui entrar na questão do segmento do arroz, setor tão importante quanto os demais setores do agronegócio de Mato Grosso. Senão vejamos:

A região de Sinop concentra mais da metade da produção de arroz do Estado de Mato Grosso.

Somente na safra 2004/05, foram plantados na região 359.700 hectares, quase 400.000 hectares de arroz, nos Municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Vera, Nova Ubiratã, Colíder, Portos dos Gaúchos, Feliz Natal, Boa Esperança, Tapurah, Itanhangá, Nova Maringá, Cláudia, Santa Carmem, Itaúba, Tabaporã e Ipiranga do Norte.

Já os Municípios de Peixoto do Azevedo, Matupá, Alta Floresta, Guarantã do Norte e Paranaíta, mais ao norte, cultivam mais 35.800 mil hectares.

A produtividade média alcançada na região é de 3 mil quilos por hectare, número que em nada fica a dever para a região sul do Brasil, campeã em arroz irrigado.

Em Mato Grosso, o antigo arroz de sequeiro, o arroz do cerrado ou o arroz de terras altas, como hoje é conhecido, dá *show* de produtividade, e a qualidade é excelente, atendendo aos mais exigentes mercados consumidores.

Em vista disso, foi realizada, na semana que passou, na cidade de Sinop, a 8ª Festa do Arroz, em comemoração ao final da colheita, e foi amplamente prestigiada pela classe produtora e a população em geral. O evento foi promovido pela Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso (APA) e pela Prefeitura Municipal de Sinop.

Este ano, além de ter atraído centenas de produtores rurais, a festa teve 167 expositores, entre as indústrias de equipamentos, insumos, tecnologias e organismos financiadores. Foram realizadas várias palestras técnicas, dia de campo, dinâmicas de máquinas e outras atrações.

Resumindo, esta festa funcionou como uma verdadeira vitrina para o agronegócio, movimentou a economia da região, gerou inúmeras vendas, promoveu um importante intercâmbio de tecnologia e informações técnicas.

Paradoxalmente, Sr. Presidente, esta que deveria ser uma festa de comemoração pela bela colheita da safra 2004/05, transformou-se num verdadeiro pesadelo para os produtores do setor orizícola de Mato Grosso.

Este pesadelo se deve a decisão da CONAB de não mais classificar a espécie CIRAD 141, a principal cultivar plantada em Mato Grosso, como longo fino. Essa cultivar, hoje, ocupa 55% das áreas cultivadas em nosso Estado.

A CONAB referenda sua decisão através da Portaria-Geral de Classificação de Arroz do Ministério da Agricultura e os produtores, através da APA, não conseguem assimilar tal mudança, pois há mais de 10 anos essa variedade é comercializada como longo fino, em pacotes do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

tipo 1 e tipo 2 para todo o Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudoeste brasileiro, e o consumidor final tem aceitado muito bem essa cultivar em sua rotina alimentar.

Sendo assim, causa grande estranheza para os nossos produtores e para nós também que participamos dos debates que levantou este problema, no último dia 09, em Sinop, em plena Festa do Arroz, essa mudança, essa alteração na classificação do CIRAD 141. Pois isso não favorece em nada o nosso produtor, que pode amargar com prejuízo de 300 milhões de reais e ainda arrebentar com toda a sustentação da cadeia produtiva do arroz em nosso Estado.

Além do mais, o Senador Jonas Pinheiro esteve, o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, esteve lá, prometeram, junto à CONAB, mudar essa portaria, revogar essa portaria, Sr. Presidente.

Além do mais, se isso prevalecer, nossos produtores de arroz, com certeza, abandonarão o setor, migrando para outro setor do agronegócio, trazendo nesse bojo uma conseqüente baixa na arrecadação do ICMS de nosso Estado.

Sabedor disso, já convidei o Dr. Paulo Bilego, Superintendente Regional do Ministério da Agricultura de Mato Grosso, para resolvermos tal questão, de maneira a não deixar o setor rizícola de Mato Grosso a perecer por uma questão eminentemente técnica.

Mas conclamo todos os meus Pares desta Casa, tanto eu como o Deputado Dilceu Dal Bosco, para que nos unamos na luta para defendermos este setor que, por não ter a magnitude da soja e do algodão, sofre muito ainda com o desprezo das entidades públicas e dos organismos estatais de financiamentos.

Precisamos, além de resolver a polêmica da classificação do CIRAD-141, apoiarmos a APA-MT na luta para conseguir junto ao Governo Federal a aprovação das seguintes medidas:

- 1 - liberação imediata dos recursos para estocagem de 500 mil toneladas de arroz, alocação de aproximadamente R\$172.431,00 na modalidade de EGF;
- 2 - liberação imediata de recursos para aquisição do Governo Federal e PEP para 500 mil toneladas, alocação de aproximadamente R\$174.000,00;
- 3 - apoio à ação administrativa de salvaguardas da FEDERARROZ, contra as importações de arroz do Mercosul;
- 4 - elevação da TEC para as importações de outros países fora do Mercosul;
- 5 - prorrogação de todas as modalidades de financiamento da safra 2004/05, junto às instituições financeiras para o final do ano, com garantia de certificado de depósito e imediato desbloqueio do limite de crédito;
- 6- alocação de programa especial de financiamento para armazenagem de arroz nas propriedades rurais;
- 7 - manutenção de todas as nossas vias logísticas para que o escoamento da safra tenha a mesma dinâmica que o campo tem obtido.

Sr. Presidente, registro aqui esse documento: “O produtor de arroz entre a cruz e a espada”, em defesa dos plantadores de arroz do meu Estado que estão passando por essa grave crise. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (J. BARRETO) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, a Deputada Verinha Araújo (TRANSFERE).

Não havendo mais orador inscrito nas Explicações Pessoais, esta Presidência convoca a próxima Sessão para amanhã, no horário regimental.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Dilceu Dal Bosco, Campos Neto, Humberto Bosaipo e Zeca D’Ávila; da Bancada do Partido Popular Socialista - João Malheiros, Pedro Satélite, Mauro Savi, Renê Barbour e Sérgio

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 17:00 HORAS.

Ricardo; da Bancada do Bloco Parlamentar Unidade Legislativa - Carlão Nascimento, Chico Daltro e J. Barreto; da Bancada do Bloco Parlamentar Legislar - Alencar Soares, Eliene, Riva e Sebastião Rezende; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio, Nataniel de Jesus e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Ságuas e Verinha Araújo; da Bancada do Partido Progressista - Robson Silva; Sem Filiação Partidária - Carlos Brito.

Deixou de comparecer o Sr. Deputado Gilmar Fabris, do PFL.

Declaro encerrada a Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.